

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**“TESTEMUNHA OCULAR” DA INSERÇÃO DO
NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE
DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA ATRAVÉS
DAS FOTOGRAFIAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marcelo Veber Goldani

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**“TESTEMUNHA OCULAR” DA INSERÇÃO DO
NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE
DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA ATRAVÉS
DAS FOTOGRAFIAS**

por

Marcelo Veber Goldani

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em
História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria,
como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio
Cultural**

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Veber Goldani, Marcelo

"Testemunha ocular" da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias / Marcelo Veber Goldani.-2012.

110 p.; 30cm

Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria,
Centro de Ciências Sociais e Humanas,

Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2012

1. História da Brigada Militar 2. Negro após abolição 3. Brigadianos negros

4. Fotografia 5. Plataforma multimídia

I. Quevedo dos Santos, Júlio Ricardo II. Título.

© 2012

Todos os direitos autorais reservados a Marcelo Veber Goldani. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor. Endereço: Rua Padre Anchieta, nº 239, Bairro Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97105-310. Fone (0xx)55 32863441; E-mail: veber2003@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**“TESTEMUNHA OCULAR” DA INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA
MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA
ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS**

elaborado por
Marcelo Veber Goldani

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr.

(Presidente/Orientador)

Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. (UFSM)

Denise de Souza Saad, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 05 de fevereiro de 2012.

DEDICATÓRIA

Este trabalho, assim como a minha vida, está integralmente dedicada ao meu amado filho Lucas Goldani – pessoa que amo incondicionalmente e que, desde a notícia da sua chegada, está presente na minha vida e no meu pensamento todos os dias. Obrigado meu filho amado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amado filho Lucas Goldani por estar presente na minha vida e me proporcionar toda a alegria do seu sorriso, dos seus abraços, das brincadeiras e todos os momentos que passamos juntos. Por mais longe que permanecemos, ele está sempre presente nos meus pensamentos. Agradeço a minha mãe e meu pai – Juremi e Glaci pelos esforços e compreensão no investimento em minha formação acadêmica durante todo o tempo que estive ligado à academia. Agradeço à minha noiva Eliane Cintia Moura Paz pelo companheirismo, pela compreensão, amizade e pelo amor que sinto por você. Agradeço a Júlio R. Quevedo pelos anos de trabalho durante a graduação nos projetos de iniciação científica e pela oportunidade de contar com sua companhia e competência na realização desta dissertação. O prof. Júlio Quevedo sempre foi minha inspiração profissional. Agradeço a todas as pessoas que se dedicaram para que o ensino superior público e de qualidade se tornasse uma realidade em Santa Maria – obrigado Universidade Federal de Santa Maria por ter me acolhido. Agradeço também a prof^a. Eugenia M. Mariano da Rocha Barrichello e prof^a. Denise Saad pela colaboração na banca de qualificação e defesa deste trabalho. Agradeço à Maria Cândida Silveira Skrebsky e Giane Vargas Escobar e ao Centro Histórico Coronel Pilar pela participação, colaboração e compreensão na realização deste trabalho. Agradeço a todos meus colegas pelos momentos compartilhados.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural

Universidade Federal de Santa Maria

“TESTEMUNHA OCULAR” DA INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS

AUTOR: MARCELO VEBER GOLDANI

ORIENTADOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 05 de fevereiro de 2012.

O negro chegou ao Rio Grande do Sul como escravo para trabalhar, principalmente nas estâncias de criação de gado e nas charqueadas. No clima de instabilidade que vivia a Província em defesa da fronteira sul este sujeito também foi levado às linhas de frente das batalhas, principalmente como lanceiro. Na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras manifestações em âmbito internacional e também nacional para o fim do sistema escravista. Durante o período imperial já havia propostas de leis para o controle e extinção do serviço forçado. Com a proclamação da República (e a escravidão já extinta por lei) foram adotadas políticas para a inserção do negro na sociedade. Os movimentos abolicionistas surgidos anteriormente à Lei Áurea tornaram-se movimentos organizados. Os primeiros anos da república foram de muita instabilidade política ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, por isto o Governo Estadual transformou a antiga Guarda Cívica em uma milícia bem armada e treinada para a proteção e manutenção do governo – a Brigada Militar. Esta Instituição deixou registrada a presença do negro desde a sua origem através dos livros de assentamento e fotografias existentes no acervo do Centro Histórico Coronel Pilar. Nos livros de assentamento da época observamos a inscrição de inúmeros soldados negros alistados antes do início da Revolução Federalista. No Álbum publicado em homenagem aos 30 anos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 1922, com mais de 400 imagens, são mostradas pelo menos 30 fotografias onde estão registrados sujeitos negros em suas fileiras. No contexto sociocultural da época a Brigada Militar também foi utilizada como instrumento de inserção do negro na ordem social. Através das leituras das “Ordens do Dia” foi possível identificar ações de inclusão do negro na instituição. Desta forma, foi aplicada uma metodologia de análise iconográfica e desenvolvido um catálogo virtual que foi inserido em uma Plataforma Multimídia. Assim, as imagens analisadas serão preservadas e divulgadas através de mídia eletrônica acessível e disponível para as demais pessoas interessadas.

Palavras-chave: História da Brigada Militar. Negro após abolição. Brigadianos negros. Fotografia. Plataforma multimídia.

ABSTRACT

Dissertation Graduate
Program in Cultural Heritage Professional
Federal University of Santa Maria

“EYEWITNESS” INSERTION OF THE BLACK BRIGADE IN THE MILITARY FROM RIO GRANDE DO SUL THROUGH THE BEGINNING OF THE REPUBLIC OF PHOTOGRAPHS

AUTHOR: MARCELO VEBER GOLDANI

ADVISOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Date and Location of Defense: Santa Maria, february 05, 2012.

The Black arrived in Rio Grande do Sul as a slave to work in the ranches and the Charqueadas. As the province was constantly in the brink of war defending the southern border, he was also called to arms in the front lines, mainly as lancer. In the second half of the 19th century, emerged, at both national and international levels, the first manifestations for the ending of the slave system. During the imperial period there were law proposals for the control and extinction of forced labour. With the proclamation of the Republic (and the slavery abolished by law) public policies were adopted for the inclusion of the black in the class-based society. The abolitionist movements that arose prior to the Golden Law became organized movements. The Republic's first years were of much political instability for Brazil and Rio Grande do Sul. For that, the State Government turned the old Civic Guard into a well armed and trained militia for protection and maintenance of the government. This institution placed on record the Afro-Brazilian presence since its origin through settlement books and existing photography in Historical Center Coronel Pillar's collection. In the settlement books of the time we observe the subscription of countless black soldiers enlisted before the beginning of the Federalist Revolution. In the album published to honor the 30 years of the Military Brigad of the Rio Grande do Sul, in 1922, with more than 400 pictures, are shown at least 30 pictures portraying the presence of black in its ranks. In the sociocultural context at that time the Military Brigad was also used as a tool for insertion of the black into the social order. By reading the "Orders of the Day" it was possible to identify black inclusion actions in the institution. This way, an iconographic analysis methodology was applied and a multimedia platform was developed to house the elaborate cataloge. Thus, the analyzed pictures will be preserved and disclosed by accessible electronic media and available to other interested people.

Word-Key: History of the Military Brigade. Black after abolition. Brigadianos black. Photography. Multimedia platform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 01 – 1º Batalhão: a 4ª Companhia no dia em que recebeu para guardar em seu alojamento o busto de Bento Gonçalves, por ter alcançado melhor classificação no tiro coletivo de 1917.....56
- FIGURA 02 – Comandante geral com os oficiais classificados no torneio de fuzil realizado em maio de 1919.....58
- FIGURA 03 – Tenente-Coronel Juvêncio Lemos e oficiais do 2º Regimento de Cavalaria por ocasião da sua organização na cidade de Livramento, em 21 de fevereiro de 1913.....59
- FIGURA 04 – Hospital - Comandante da Brigada, comandantes de unidades, oficiais instrutores e médicos, após a entrega dos certificados aos enfermeiros que completaram o curso.....60
- FIGURA 05 – 2º Regimento – escola regimental.....62
- FIGURA 06 – Grupo de oficiais no stand da linha de tiro.....63
- FIGURA 07 – Hospital – visita do professor Georges Dumas e o Comandante de la Horie, acompanhados do Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior – 1917.....65
- FIGURA 08 – General Gamelin, Chefe da Missão Militar Francesa, em companhia do General Ildefonso Pires de Moraes Castro, em visita ao Hospital – 1920.....66
- FIGURA 09 – Destacamento do 1º Batalhão da Palmeira – 1904.....68
- FIGURA 10 – Praças que receberam diploma de picador em 1920.....69
- FIGURA 11 – Estado-Maior do 1º Batalhão em manobras, na vila de Belém - 1909.....70
- FIGURA 12 – Manobras de 1913: comandante e oficiais do 1º batalhão.....72
- FIGURA 13 – Visita ao acampamento em Gravatay em 6 de dezembro de 1913. Manobras de 1913: Dr. Octavio Rocha, Secretário da Fazenda e amigos em visita ao acampamento.....73
- FIGURA 14 – Manobras de 1913 – Coronel Cypriano, comandante geral e seu Estado-Maior.....75
- FIGURA 15 – 2º Batalhão – embarque de uma companhia – 1922.....76
- FIGURA 16 – Inferiores da secção de Amanuenses da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, no Acampamento de Manobras em Gravataí. Em 6/12/1913.....77
- FIGURA 17 – Leitura do detalhe na 3ª Companhia do 3º Batalhão.....79

FIGURA 18 – 2º Batalhão: alojamento de uma companhia – 1918.....	80
FIGURA 19 – Posto médico – 1920.....	82
FIGURA 20 – Manobras de 1913 (2º fotografia) Distribuição de refeição às praças.....	83
FIGURA 21 – 1º Batalhão acampado para exercícios: distribuição de rações.....	84
FIGURA 22 – 2º Regimento – cozinha – 1922.....	85
FIGURA 23 – Grupo de metralhadoras – exercício de 1918.....	86
FIGURA 24 – Grupo de Metralhadoras – Seccão de metralhadoras executando trabalhos de instrucção, em presença do General Bento Ribeiro, Chefe do Estado Maior do Exército, por ocasião da sua visita de inspeção em 1918.....	88
FIGURA 25 – 1º Regimento – exercícios de tiro ao alvo na vila do Rosário – 1916.....	89
FIGURA 26 – 3º Batalhão de Infantaria em marcha de treinamento pela estrada de Belém...90	
FIGURA 27 – 3º Batalhão em alto horário, na estrada de Belém, por ocasião da marcha de treinamento – 1910.....	92
FIGURA 28 – Grupo de metralhadoras – exercício 1917.....	93
FIGURA 29 – Grupo de Metralhadoras exercício 1917.....	94
FIGURA 30 – Grupo de metralhadoras preparada para as manobras – 1922.....	96
FIGURA 31 – Plataforma Multimídia – “Testemunha ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Primeira página.....	98
FIGURA 32 – Plataforma Multimídia – “Testemunha ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Página onde estão alojados os ícones para acesso às imagens e suas respectivas análises.....	98
FIGURA 33 – Plataforma Multimídia – “Testemunha ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Organograma.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População livre e escrava no Rio Grande do Sul.....	21
----------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS	109
ANEXO I – Livro de Assentamento.....	110

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.....	19
1.1. O negro no Rio Grande do Sul – século XVIII e XIX.....	20
1.2. O projeto republicano: a questão servil (Abolição).....	22
1.3. O Partido Republicano Rio-grandense no poder: as políticas de inserção do ex- cativo e os atos normativos.....	29
1.4. A inserção como política institucional da Brigada Militar.....	32
1.5. A participação do negro na sociedade santa-mariense.....	36
CAPÍTULO 2 – A FOTOGRAFIA COMO FONTE PARA A INVESTIGAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO.....	40
2.1. Contexto histórico da introdução das técnicas fotográficas no Brasil.....	40
2.2 A imagem como documento iconográfico.....	43
2.3 O documento no acervo iconográfico e sua interpretação como fonte documental....	48
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO ACERVO FOTOGRAFICO DO CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILAR.....	55
3.1. Acervo fotográfico e suas respectivas análises.....	55
3.2. Plataforma multimídia: uma proposta de <i>software</i> para preservação, divulgação e valorização do acervo do Centro Histórico Coronel Pilar.....	97
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado do Projeto de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Fruto parcial da análise das fotografias existentes no acervo do Centro Histórico Coronel Pilar – CHCP, que foram publicadas em um álbum comemorativo aos trinta anos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O CHCP está localizado em anexo ao quartel do 1º Regimento de Polícia Montada “Regimento Coronel Pillar”, da Brigada Militar no Município de Santa Maria - Rio Grande do Sul. Desta mesma instituição também foram utilizadas outras fontes de documentos escritos e bibliográficos. A abordagem tramitou em torno da inserção do negro na Brigada Militar entre a época de sua criação (1893) e as primeiras décadas do século XX. Os objetivos deste trabalho foram identificar na iconografia disponível no CHCP a presença do negro na Instituição; constatar fontes escritas que elucidassem o que existe documentado em relação à presença do negro na Brigada Militar e identificar na bibliografia referente ao tema como o negro é representado na Instituição – suas tarefas, cargos, atividades, entre outras. Para complementação das pesquisas foram analisadas as ações políticas na busca do fim do tráfico negreiro e emancipação escrava durante o período imperial e ações do governo estadual do Rio Grande do Sul para inserção do negro nos cargos públicos já no período republicano. Ao final dos trabalhos de pesquisa foi desenvolvida esta dissertação além de um catálogo virtual com as imagens selecionadas e suas respectivas análises. Este catálogo está imerso numa proposta de *Plataforma Multimídia* que por sua vez se propõe a preservar, valorizar e divulgar parte do patrimônio cultural existente no acervo pesquisado.

A sociedade ocidental moderna representa a cidadania através de seus direitos civis, políticos e sociais e permite através destes o acesso ao patrimônio cultural criando o direito ao seu passado. Valorizar o patrimônio cultural instiga a interação da comunidade com seus bens culturais e cria laços de identidade entre a comunidade e sua cultura. Esta relação se torna um agente de preservação e valorização cultural. Esta preservação também ocorre em espaços como museus, centros de memória, centros históricos, etc., que por meio das suas ações educacionais e político-sociais preservam, valorizam e divulgam o patrimônio cultural. Através do acervo do CHCP podemos identificar a influência do negro na Instituição com o uso da análise às fotografias nele existentes. Estas ações compreendem a preservação da

memória e das ações políticas tomadas pelos governistas da época. Este acervo representa para a comunidade um patrimônio cultural artístico e histórico. Desta forma, deve ser preservado para que as futuras gerações desfrutem do conhecimento gerado.

O conceito de patrimônio cultural foi pensado e elaborado para representar o passado das nações que, através de suas ações, desejavam a valorização dos seus bens culturais para fortalecer suas noções de identidade. Ao longo do tempo as sociedades passaram a eleger suas formas de representações culturais e preservar seu próprio patrimônio transmitindo-o de geração a geração. A memória patrimonial pode ter a dimensão coletiva no sentido de patrimônio cultural (artístico, linguístico, histórico, etc.). Assim esta memória tende a estar em consonância com o conjunto de representações de formas de vivências que o grupo social produz, institucionaliza, pratica e transmite através de diversas maneiras de socialização e interação entre seus membros (TEDESCO, 2004).

No século XIX, passou-se a utilizar o termo “monumento” para se referir às grandes coleções de documentos, ou seja, o autor atribui aos documentos um valor de monumento. Maria Cecilia Londres Fonseca afirma que o patrimônio somente vai se efetivar como objetos a serem cultuados, preservados e legados para uma coletividade em função de valores leigos, como os valores históricos e artísticos e enquanto referências a uma identidade nacional (FONSECA, 1997). A humanidade busca criar e preservar seus símbolos a fim de deixar de alguma forma registrada na história sua passagem e suas influências culturais. A filósofa Marilena Chauí, (2006), também adota e relaciona o surgimento das noções de patrimônio cultural à invenção da ideia de nação no século XIX. Para essa autora, o patrimônio cultural está associado ao conjunto de documentos e monumentos que constituem a memória coletiva. Por exemplo, as edificações cujos estilos tendem a desaparecer e aquelas representantes que ainda restam merecem sua preservação como forma de representar o estilo para as futuras gerações. As instituições encarregadas da preservação daquilo que foi definido como patrimônio da coletividade devem zelar por estes objetos e buscar sua divulgação. Segundo a autora, “monumentos, documentos, coleções, objetos antigos e ícones constituem os suportes da memória, ou seja, a expressão objetivada da lembrança coletiva” (CHAUI, 2006, p. 114.).

O patrimônio histórico e cultural é compreendido como os objetos dotados de força simbólica e que são capazes de estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, ou seja, algo único com uma significação dotada de sentido para uma coletividade. Conforme a filósofa Marilena Chauí, (2006, p. 116) “o

objeto antigo é aquele que alguns estudiosos chamam de “objeto marginal”, ou seja, o objeto que perdeu funcionalidade prática e ganhou a função de signo, passando a significar o tempo”. A preservação do patrimônio histórico e cultural se originou a partir das coleções, com seus traços distintos, tais como os conjuntos de artefatos mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas; objetos mantidos em locais especiais objetivando sua proteção e com função e finalidade de ser expostos aos olhares de um espectador. Esses objetos (naturais, artefatos, monumentos, documentos), escolhidos para serem preservados recebem a atribuição de uma hierarquia onde os inferiores são dotados de simples valor de uso e de troca e os superiores ou significantes são dotados de poder e prestígio.

A fundamentação das ideias que constituem o patrimônio cultural começaram a ser formulados e aplicados desde o Renascimento no século XVI. Porém foi a ideia de nação e a necessidade de pertencimento e identidade que garantiram seu estatuto ideológico segurado pelo Estado nacional através da prática específica na sua preservação. Essas ações em torno dos bens culturais tornaram-se fatos realmente quando o Estado assumiu a responsabilidade de proteger o patrimônio histórico e cultural em seu território. Dessa forma, considera-se como patrimônio cultural a denominação geral a qual usamos para nos referir às diversas formas de manifestação cultural expressa pela coletividade. Um bem cultural representa a memória do tempo passado carregada de significados contidos na tradição da cultura coletiva local e que estão preservados mantendo a identificação entre a comunidade e o bem preservado. O patrimônio histórico trabalha diretamente com a memória coletiva fornecendo bases para o exercício da cidadania por ser capaz de afirmar a diversidade e o conflito com dimensões constitutivas da história (CUNHA, 1992). O patrimônio cultural significa uma propriedade coletiva que necessita da preservação para garantir sua transmissão através das gerações. Ele só se constitui como objeto de preservação, valorização e legado a uma coletividade quando adquire valor histórico e artístico e quando se refere a uma identidade nacional.

Considerando estas informações compreende-se que o acervo do CHCP é um patrimônio cultural desta Instituição, bem como também representa a memória da comunidade santa-mariense e do Rio Grande do Sul. O acervo contém informações sobre a história do Regimento Coronel Pilar no município de Santa Maria e suas ações no território do Rio Grande do Sul. Este trabalho abordou a análise a partir do acervo iconográfico e a representação do negro na Brigada Militar.

O africano foi escravizado e trazido para a Província do Rio Grande de São Pedro para trabalhar principalmente no pastoreio do gado e na produção do charque durante o século XVIII. A maioria dos trabalhadores escravos permanecia nas charqueadas pela exigência maior de um contingente de mão-de-obra em relação às estâncias de criação de gado. O viajante francês Auguste de Saint Hilaire, em suas viagens à Província de São Pedro já anotava em seus escritos que parte dos escravos introduzidos nesta Província eram aqueles escravos rebeldes, ou considerados imprestáveis aos habitantes do Rio de Janeiro. Esses escravos eram enviados para a Província como uma forma de dupla punição: penar num clima frio e sofrer sob o domínio de senhores cruéis (MONTI, 1985). As hostilidades geradas pelas guerras que perduraram durante décadas na região sul levaram os senhores de escravos a chamar seus negros escravos para lutarem nas linhas de frente nas batalhas.

O escravo tornou-se lanceiro e lutou acompanhado pelas promessas de liberdade em troca de sua valentia. Muitos desses guerreiros acabaram incorporados às tropas legais durante a Guerra do Paraguai e logo depois na Brigada Militar durante a Revolução Federalista. Foi costume a utilização do negro escravo como soldado nos diversos períodos hostis que a Província do Rio Grande de São Pedro passou nos séculos anteriores. Estes fatos tornaram relevantes a compreensão das políticas adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul nos primeiros anos da república para inserir o ex-cativo e/ou afrodescendente na ordem militar das tropas oficiais estaduais. Analisando as fontes ficou evidente a participação do negro na Brigada Militar, no entanto permanece a importância de identificar o uso das ações políticas de inserção.

Este conhecimento colabora na manutenção da história, da memória e dos documentos que registram a passagem destes soldados na instituição. A imagem como evidência da história ocupa um espaço principal no cenário deste estudo. Seu registro, como o ilustre historiador Peter Burke, em seu livro “Testemunha Ocular” anota, foi de suma importância para a realização deste trabalho. Com esta inspiração o termo foi adotado para uso neste estudo. Segundo Burke (2004, p. 12) “relativamente poucos historiadores trabalham em arquivos fotográficos, comparado ao número desses estudiosos que trabalham em repositórios de documentos escritos e datilografados”. A utilização da fonte fotográfica foi importante para o desenvolvimento deste estudo porque relata visualmente a presença do negro na Instituição. A imagem fornece subsídios para a interpretação dos fatos históricos e constituem-se em valiosos documentos para a história tanto de pessoas comuns em momentos da vida cotidiana quanto de instituições e seus integrantes. O testemunho da imagem

comunica com rapidez e clareza os detalhes de um momento capturado pelo fotógrafo e com detalhes peculiares. Um texto levaria muito tempo para descrever uma cena e poderia encobrir dados relevantes para aquele que relata. As fontes primárias escritas constituíram-se dos Livros de Assentamento de Praças, além da bibliografia existente na biblioteca do CHCP. O acervo fotográfico forneceu todas as imagens analisadas neste trabalho e com o auxílio das informações dos livros de assentamento foi possível chegar à conclusão final.

Os personagens negros foram identificados através da observação visual e auxílio de recursos de *software* para ampliação da imagem e utilização de lupa de aumento. Os livros de assentamento constituíram-se também em fontes importantes para este trabalho por conter informações anteriores às datas das fotografias mais antigas. Ou seja, desde 1892, data que a Brigada Militar estava sendo organizada para a sua criação, estes documentos já traziam informações dos soldados incorporados à Instituição. Estes livros trazem dados sobre nome completo, filiação, cor da pele, cabelo, olhos, ano de entrada e saída da Brigada Militar, e ainda, um espaço para observações da vida do militar durante o tempo que serviu à instituição. O estudo das fontes possibilitou o desenvolvimento de um critério analítico para as imagens e utilização das fontes escritas para a construção do conhecimento. O último passo foi a utilização das informações coletadas e produzidas para alimentar com as mesmas a plataforma multimídia elaborada.

Esta dissertação foi escrita em três capítulos e conta com um produto chamado **“Plataforma Multimídia – ‘TESTEMUNHA OCULAR’ DA INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS”**. Esta proposta de *software* apresenta sua primeira versão neste trabalho e tem por objetivo principal a preservação do acervo iconográfico do CHCP. O *software* também pode receber outros tipos de documentos, tal como textos e vídeos. Assim, apresentaremos uma descrição do conteúdo dos capítulos que compõem o trabalho.

No primeiro capítulo foi elaborada uma descrição da história da introdução do escravo na Província do Rio Grande de São Pedro e as funções ocupadas pelo negro. O capítulo também conta sobre as políticas emancipacionistas durante o período imperial e as ações do Partido Republicano Rio-grandense para a inserção do negro na sociedade. Para completar, no capítulo foi inserido um breve relato sobre a presença do negro no Município de Santa Maria/RS. Este município é a sede das instituições envolvidas neste trabalho e importante

polo de formação cultural e ideológica. Este capítulo buscou retratar a importância do negro como trabalhador servil na Província e as ações políticas para a emancipação e fim deste sistema.

O segundo capítulo conta um pouco sobre a história da imprensa no Brasil e no mundo desde o uso da prensa de tipos móveis e o surgimento da imprensa até a introdução da imagem junto aos textos e com isso o surgimento da imprensa ilustrada e publicação de livros ilustrados. Também foi considerada a estrutura teórica acerca das metodologias para análise iconográfica e suas descrições para uso aplicado à pesquisa científica. O segundo capítulo teve como objetivo principal a compreensão do uso da imagem e suas diferentes funções junto aos textos de acordo com as diferentes épocas. Neste sentido que a Brigada Militar também fez uso da tendência e publicou o livro comemorativo – base de estudos deste trabalho.

No terceiro capítulo estão representadas as fotografias selecionadas e suas respectivas análises. Também está a descrição dos passos para a elaboração da proposta de *software* para alojar o catálogo virtual e suas demais funções. Este capítulo buscou analisar as imagens de acordo com a proposta metodológica e caracterizar a proposta da plataforma multimídia juntamente com suas propostas de licença de uso.

CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

O africano escravizado chegou ao Rio Grande do Sul no século XVIII, quando foi fundada a primeira vila – Rio Grande em 1737. Desde então o africano trabalhou como cativo em todas as atividades econômicas (estâncias de criação de gado, charqueadas) e foi soldado nas milícias e exército regulamentar no século XIX. A Província chegou a ter cerca de 25% do total da população de escravos em 1858. Número que declinou com o passar do tempo e chegou a 1% em 1887. Os republicanos (principalmente após a proclamação da República) adotaram ideologias e políticas públicas, respectivamente, para a inserção do negro na sociedade sul-rio-grandense. Foram propostas e aplicadas diversas leis com o objetivo de diminuir o tráfico negreiro e posteriormente buscando eliminar o trabalho servil do meio social. Houve movimentos abolicionistas que ficaram caracterizados como correntes sociais que posteriormente ganharam *status* de movimentos organizados. Dentro do cenário de transformação política ocorrida no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, o Rio Grande do Sul criou uma milícia estadual – Brigada Militar. Esta instituição tinha como objetivo proteger os interesses estaduais. A Brigada Militar utilizou sua força militar para defender os interesses do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), baseados nos ideais positivistas. Dentro deste contexto, a instituição também foi utilizada como meio de inserção de libertos, ex-cativos e afrodescendentes na sociedade de classes. Ainda, no final do capítulo será considerada uma breve história da presença afrodescendente no Município de Santa Maria.

1.1. O negro no Rio Grande do Sul – séculos XVIII e XIX

Entre os séculos XVIII e XIX o tráfico negreiro contribuiu para a formação do sistema colonial escravagista brasileiro dependente do mercado de consumo europeu. Após dois séculos de colonização europeia o Rio Grande do Sul foi integrado ao sistema monocultor ligado ao comércio no além-mar. No início do desenvolvimento econômico a Província do Rio Grande de São Pedro manteve-se ligada à economia regional dependente da economia brasileira. Com a inserção da Província no mercado colonial brasileiro a mão-de-obra adotada passou a ser o trabalho escravo. Este sistema ganhou importância com o desenvolvimento da agricultura extensiva e com o comércio do charque no século XVIII.

Os primeiros escravos foram introduzidos na Província do Rio Grande de São Pedro com a fundação da Vila de Rio Grande, em 1737. Conforme Margaret Marchiori Bakos (1982, p. 13),

Um levantamento populacional de 1780 revela a presença do escravo nas regiões onde se desenvolve a cultura do trigo, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de criação. Aqui, sua função principal é o cultivo do trigo, mandioca, feijão, além da produção do charque e da farinha para uso doméstico.

O Rio Grande de São Pedro também foi palco de fugas de escravos facilitadas pela proximidade com os países da região platina e pelos diversos conflitos armados ocorridos na província. Assim:

O mito da escravidão mais branda no Rio Grande do Sul vai-se desfazendo à medida que se folheiam os periódicos contemporâneos, onde, pela leitura dos anúncios de fuga e vendas de escravos, percebe-se que a violência do branco contra o negro não é monopólio da zona equatorial do país (BAKOS, 1982, p. 17)

Em 1858, a população escrava representava cerca de 25% do total da população da Província e em 1874 chegou ao máximo – cerca de 98.450 indivíduos. A partir deste ano a percentagem de escravos passou a diminuir e em 1887 atingiu um número de apenas 1% da população total da província (Tabela 1). Desta forma, o Rio Grande do Sul estava incluído (apenas quatro anos antes da abolição) entre as províncias de maior população escrava do Brasil. A partir de 1885 a percentagem declina, possivelmente motivada pelo movimento

libertário de 1884 que acentuou o desprestígio da instituição escravocrata. O “golpe” certo na escravidão foi a criação do imposto de 4\$000 sobre todos os escravos não sujeitos à taxa geral. Este imposto atingiu diretamente os proprietários de escravos rurais que gozavam de isenção de pagamento da taxa e posteriormente a elevação do imposto para 12\$000 fez muitos senhores libertarem seus escravos para evitar tal despesa. Assim, as libertações espontâneas tornam-se superiores àquelas proporcionadas pelo Fundo de Emancipação.

Tabela 1 – população livre e escrava no Rio Grande do Sul

Ano	População Total	População Escrava	Participação Relativa
1814 (1)	70.656	20.611	29%
1846 (2)		30.841	
1858 (1) (2)	282.547	70.880	25%
1859 (2)		73.749	
1860 (1)	309.476	76.109	24%
1861 (1)	344.227	77.588	22%
1862 (1)	276.446	75.721	27%
1863 (1)	392.725	77.419	19%
1872 (1)	434.813	67.791	15%
1874 (3)	462.542	98.450	21%
1881 (4)		81.169	
1883 (4)	700.000	62.138	8%
1884 (1)		60.000	
1885 (5)		22.709	
1887 (4) (6)	944.616	8.430	0,8%

Fonte: BAKOS, Margaret Marchiori. RS: escravidão e abolição. Porto Alegre: Mercado aberto, p.18, 1982.

O negro escravizado teve uma participação fundamental ligada às atividades econômicas agropastoris (criação de gado bovino). O estancieiro militar do sul-brasileiro utilizou a mão-de-obra servil no pastoreio do gado e nas charqueadas em tempo de paz e como escravo-soldado nas campanhas militares. No Rio Grande do Sul o negro tornou-se peão de estância, operário da charqueada e lanceiro. Lutou nas guerras acompanhado das promessas de liberdade em troca de sua valentia e muitos foram incorporados às tropas legais durante da Guerra do Paraguai enquanto para outros sobrou a dura realidade do esquecimento.

1.2. O projeto republicano: a questão servil (Abolição)

Os ideais republicanos e abolicionistas são apontados na historiografia rio-grandense. Dentre diversas figuras que atuaram nas aventuras abolicionistas, já no início do século XIX esteve um dos prósperos charqueadores portugueses radicado em Pelotas. Antonio Gonçalves Chaves, que participou e escreveu sobre a vida político-administrativa do país e publicou a obra *Memórias ecônomo-políticas*, divulgado em 1822. Na obra ele aponta soluções para os problemas administrativos do Brasil e, conforme Margaret Marchiori Bakos (1982, p. 26), a escravidão trazia “inconvenientes terríveis, pois ‘o escravo consome o mais que pode e trabalha o menos que pode’, impossibilitando o crescimento da agricultura e o nascimento da indústria”. Chaves sugeria a extinção do tráfico em 18 meses, seguido por outras medidas que deveriam extinguir por completo o regime de escravidão no Brasil. Essas medidas não tinham fins humanitários e visavam à valorização do escravo pela escassez das peças¹. Chaves percebia a importância cultural do trabalho escravo diante das dificuldades de obtenção da mão-de-obra livre.

A guerra farroupilha também trouxe momentos importantes para o escravismo sul-brasileiro, pois, tanto os rio-grandenses quanto o governo Imperial viram-se às voltas com a libertação prometida por ambas as partes ao escravo-soldado. O pós Revolução farroupilha colocou estancieiros, Império e escravos frente a frente para resolver promessas feitas aos negros e que não foram cumpridas. A Paz de Ponche Verde afirmava no 4º Parágrafo (BAKOS, 1982, p. 26), “serem livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na república”. Em 1971, Moacyr Flores, no artigo intitulado *Os Farroupilhas e a escravatura*, afirma que o tratado referia-se somente ao liberto-soldado enquanto a escravidão continuaria intocada (BAKOS, 1982). A mesma política emancipacionista pode ser observada durante a Guerra do Paraguai. Esta guerra foi responsável pelo prolongamento, no Rio Grande do Sul, das medidas antiescravistas a serem adotadas. A guerra tornou secundárias as questões sociais diante da situação belicosa vivida novamente na Província. O Decreto nº 3725, de 6 de novembro de 1886, concedia a liberdade gratuita aos escravos da Nação designados ao serviço do Exército, ausentando-se em definir a situação dos escravos particulares.

¹ Peças: refere-se ao escravo. No sentido de objeto.

No final do século XIX, o cenário social do Rio Grande do Sul, bem como do Brasil era outro. As políticas de formação de colônias imperiais de imigração foram consideradas como uma crítica indireta ao escravismo em função da crença nas boas qualidades do trabalho livre. Então:

Outros elementos, relacionados também com o imigrante, podem ser entendidos como estimuladores da diminuição da escravaria na Província, tais como a Legislação Imperial e Provincial que acompanha a chegada desses colonos ao Rio Grande do Sul e a concorrência que estabelece nos mercados de trabalho rurais e urbanos (BAKOS, 1982, p. 30)

A Secretaria de Negócios Estratégicos do Rio de Janeiro, através de um Aviso do Secretário de Estado, José de Carvalho e Mello, ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, em 1824, pedia a avaliação do contingente de escravos pertencentes à Fazenda Pública e, quando chegassem os imigrantes às colônias, os escravos deveriam ser remetidos à Corte. O Império do Brasil tomou iniciativas para que os colonos não tivessem contato com escravos, muito menos, possuir escravos. A Lei Fluminense nº 226, de 30 de maio de 1840, proibia a presença de escravos nas colônias agrícolas ou industriais. A Lei Imperial nº 514, de 24 de outubro de 1848, também dizia, no artigo 16, que “a cada uma das províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, 6 léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos (BAKOS, 1982, p. 32)”. A proibição da entrada de escravos nas colônias de imigração foi dada pela Lei Provincial nº 183, de 18 de outubro de 1850. Esta lei proibia a entrada de escravos nas colônias existentes e nas que fossem criadas no futuro. Em 30 de novembro de 1854, uma nova legislação proibia definitivamente o trabalho escravo nas colônias. A lei dizia: “os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas, porém, não poderão fazê-lo por meio de escravos seus ou alheios; nem possuí-los nas terras da colônia sob qualquer pretexto que seja (BAKOS, 1982, p. 33)”. O imigrante no Rio Grande de São Pedro pode ser considerado como colaborador para o término do escravismo na Província. A ineficácia do trabalho escravo ficou evidente nestas colônias, pois, somente com o trabalho livre e assalariado o imigrante europeu desenvolveu a produção agrícola inicialmente, bem como a industrial na sequência, apoiando a economia rio-grandense na produção baseada na mão-de-obra livre.

A legislação brasileira favorecia muito mais os escravocratas por afirmar e respeitar os direitos de propriedade. A contrapartida da alforria concedida pelo proprietário de escravo era

a indenização mediante trabalho servil por um determinado prazo (de um a cinco anos de trabalho compulsório). O “liberto” voltava ao trabalho compulsório e aquele senhor que alforriava muitos escravos ficava com fama de generoso e recebia um título nobiliárquico ou uma condecoração do Império. Esta situação beneficiava o senhor diante da opinião pública e desfavorecia o escravo por mantê-lo no cativeiro, mesmo que por um tempo já estipulado. Conforme a Lei Rio Branco, o escravo que adquirisse algum pecúlio poderia comprar sua alforria e tornar-se livre. Porém, aquele escravo que recebia a alforria do seu senhor não poderia tornar-se livre enquanto não cumprisse o contrato de indenização. O Império do Brasil procurou elaborar políticas públicas com ênfase no fim do tráfico e do sistema escravocrata, porém, o sistema político não permitiu o desenvolvimento de uma legislação que beneficiasse o escravo, mas sim o proprietário de escravo e o grande fazendeiro.

A Lei do Ventre Livre acabou definindo o fim da escravidão dentro de um prazo aproximado. Esta política explicava as mudanças de estratégia em relação ao uso da força de trabalho servil. A interferência do Poder Público na relação senhor/escravo vinculado ao direito de propriedade garantia o trabalho do liberto até os 21 anos ou a indenização paga pelo Estado quando o ingênuo completasse 8 anos. Também foi implementado o Fundo de Emancipação para a libertação gradual dos cativos. A lei de 1871, estava diretamente ligada ao controle do trabalho livre regulamentado através de longos contratos de trabalho e severas punições a “vadiagens”. As discussões iniciadas em 1871 resultaram na aprovação da Lei de Locação de Serviços, em 1879. Segundo Hebe Maria Mattos Castro (1995, p. 237) “A proibição legal da separação de famílias escravas (1869), o reconhecimento ao direito do pecúlio para obtenção da liberdade (1871), e a própria proibição do açoite (1886), significará golpes expressivos nos fundamentos sobre os quais se construía a dominação senhorial”. A ideologia escravista atribuía o trabalho produtivo aos cativos – considerados socialmente inferiores. No século XIX, foram redefinidos os componentes sociais e o contínuo uso da força livre tornou-se uma exigência das transformações mentais em curso provocando a reelaboração do significado social do trabalho. A mão-de-obra escrava gradativamente tornava-se mais onerosa e conseqüentemente sentiu-se a necessidade de sua substituição. Segundo Ianni:

A colonização, a miscigenação, as alternativas divergentes do comportamento dos escravos são fenômenos que atuaram cumulativamente no sentido de produzir o solapamento da ordem escravista: ou são expressões ou são fatores das transformações básicas que se vinham verificando na sociedade (IANNI, 1988, p. 181).

Em diversos momentos o governo do Brasil se comprometeu com empresários e governo inglês para extinguir o tráfico negro. A lei de 4 de novembro de 1831, quando o Brasil se comprometeu a suspender o tráfico e declarou livre os escravos entrados clandestinos em território nacional operou na consciência coletiva denunciando a ilegalidade da escravidão. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, marcou oficialmente a suspensão definitiva do tráfico negro para o Brasil.

O intrincado desenvolvimento das condições e fatores que se estruturaram progressivamente no sentido de culminar com a extinção do regime foi atingido também pela Guerra do Paraguai. A utilização de escravos nas tropas brasileiras foi mais um elemento envolvido no processo social em curso. Por um lado, o simples engajamento é um fenômeno que automaticamente propiciava a libertação do cativo. As duas coisas andavam juntas: como os brancos sabiam que o mancipio não poderia corresponder aos papéis de soldado, caso fosse mantido na condição de coisa sem personalidade civil, libertavam-no. Somente nesta condição ele poderia assumir os papéis sociais inerentes ao status do soldado que defende a ‘sua pátria’ (IANNI, 1988, p. 188).

O movimento abolicionista ficou caracterizado inicialmente como uma corrente social e gradativamente ganhou *status* de movimento organizado. Afirma Ianni (1988, p. 192) que “as manumissões começam a ser encaradas como ações sociais moralmente aprovadas pelo consenso da comunidade somente a partir de um determinado momento, quando os fundamentos materiais e morais do regime são afetados ou atacados de forma cada vez mais radical”. Diversos fatores externos e internos levaram ao fim do tráfico e do cativo, respectivamente. A Lei do Ventre Livre, de 1871, e a criação do Fundo de Emancipação, em 1875, são exemplos de legislação elaborada na época para coibir ou extinguir gradativamente o cativo negro. O movimento alcançou seu objetivo através de ideais coerentes e valores culturais vigentes na época.

Uma grande preocupação da época referia-se à falta de mão-de-obra, caso o negro fosse libertado. Para tal, as alforrias proporcionaram gradativamente a formação de um contingente de trabalhadores livres. O movimento abolicionista buscava a libertação e a autonomia do negro como trabalhador.

O sistema econômico-social em que o processo se desenvolvia garantia-se, por meio de mecanismos sociais adequados, a continuidade de um dos seus fatores fundamentais: o trabalhador. No fundo, o que ocorria era simplesmente a metamorfose do trabalho escravo em trabalho livre (IANNI, 1988, p. 201).

O fim da escravidão foi o início da formação de uma sociedade de trabalhadores livres. O abolicionismo também foi importante para desmitificar e dignificar a atividade humana produtiva extinguindo o preconceito social do trabalho braçal visto como *atividade de negro*. Conforme Ianni, “...toda a ideologia desse movimento está impregnada da preocupação de revalorizar as atividades humanas produtoras em geral, livrando-as do estigma de ações inferiores, das identificações com o escravo (IANNI, 1988, p. 204)”. A valorização e a redefinição do trabalho atingiram tanto o negro como o branco, pois, foi necessário reeducar o trabalhador na avaliação do significado econômico, social e moral do trabalho produtivo. O abolicionismo foi um momento orientado em benefício dos cativos, porém, essencialmente organizado pelos cidadãos livres, brancos e em menor escala mulatos e negros. Os primeiros anos do século XX foram tomados pelo término do processo de revalorização do trabalho iniciado no século anterior. Dentro deste contexto, o movimento abolicionista estava impregnado pela redefinição ideológica do trabalho, porém, o negro teve que construir sua redefinição social.

O novo século que principiava, foi um momento de profundas mudanças sociais, políticas e culturais no Brasil. A sociedade teve que se reorganizar e adotar novos padrões sociais e culturais. Homens livres, libertos, ex-senhores de escravo e o próprio Estado viram-se forçados a rever atitudes e criar novas estratégias frente ao processo social estruturalmente condicionado e que nenhum de seus atores sociais desejava efetivamente controlar (CASTRO, p. 16). Neste contexto de transformação da sociedade escravocrata à livre, do Império à República, o indivíduo podia ocupar duas posições sociais distintas em épocas diferentes de sua vida – ele podia ser escravo num dado momento e homem livre posteriormente. A estas condições socioculturais também está a mobilidade espacial e seus indicadores de padrões culturais norteadores de estratégias adotadas pelo negro em busca da sua liberdade. Conforme explica Hebe Maria Mattos Castro que:

O recurso a mobilidade espacial era comum a “ricos” e “pobres”, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Era um recuso da liberdade, primeira e fundamental marca de seu exercício (CASTRO, 1995, p. 33).

A mobilidade espacial, juntamente com a possibilidade de formação de laços de família fizeram parte do círculo de estratégias adotadas pelos escravos na busca incessante pela liberdade. O indivíduo que gozava da mobilidade espacial logo quando chegava a algum lugar engajava-se na busca de algum laço de família, portanto, o casamento era uma forma de

deixar de ser um *forasteiro*. Segundo Hebe Maria Mattos Castro, (1995, p. 34) “A inserção social destes homens na sociedade colonial se fez, entretanto, profundamente marcada por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos”. O termo *pardo* foi utilizado para demonstrar uma diferenciação social para designar o “não branco”. O escravo descendente de homem livre (branco), torna-se pardo, bem como o afrodescendente nascido livre. O termo “crioulo” era utilizado para escravos e forros nascidos no Brasil e “preto”, até a primeira metade do século XIX designava o africano (CASTRO, 1995, p. 34).

A mobilidade espacial possibilitou o exercício da liberdade – fundamental para o exercício pleno da cidadania. Isto foi um avanço para a conquista do espaço do negro dentro da sociedade juntamente com a formação de famílias - “passaporte” para a obtenção de um espaço no mundo dos livres e a reinserção na ordem social. Segundo Hebe Maria Mattos Castro (1995, p. 62) “o casamento e a formação de uma família nuclear estável, ou outras formas de associação de caráter familiar (como o condomínio entre irmãos ou ex-escravos) tornava-se assim, condição para a produção independente”. A sociabilidade escrava esteve marcada por duas variáveis: o reforço das relações familiares e a experiência ampliada de desestruturação desta rede, imposta pela condição de mercadoria. A escravidão brasileira foi masculina e africana e mesmo após a extinção do tráfico atlântico, tráfico e escravidão continuaram sinônimos. O desequilíbrio por sexo não impediu a formação de relações familiares e o acesso aos recursos a ela atrelados (roça do escravo). A formação e consolidação de uma comunidade escrava dentro do cativeiro permitiu ao escravo ampliar seu espaço de autonomia e aproximar-se da experiência de liberdade, porém, também significou uma diminuição da necessidade de vigilância e segurança da ordem e disciplina no cativeiro.

A opinião pública emitida pelos jornais no final do século XIX, revela que a lei da abolição teria sido elaborada para evitar a ‘vitória do negro sobre o branco’, ou seja, seria a libertação do senhor de seus escravos e as perigosas desordens promovidas por eles. Assim, Hebe Maria Mattos Castro (1995, p 231), considera: “nesta perspectiva, a libertação do senhor branco – e não do negro cativo – teria sido seu objetivo, pois a lei ter-se-ia limitado a reconhecer ‘um fato consumado’”. Era comum na época da abolição da escravatura discussões sobre a inevitabilidade ou a imprevisibilidade do fim do cativeiro. Estes discursos colocavam o escravo no centro do processo considerando que através do êxodo das senzalas e o fim da relação senhor/escravo que se gerou o fantasma da desordem e esta seria a origem da medida legal na forma e no tempo que aconteceu. Dentro de uma análise política, as glórias do

aboliconismo são entregues ao próprio movimento abolicionista ligado a setores modernos e urbanos ancorados na ideologia imigrantista.

No Brasil, durante a segunda metade do século XIX, foram raras ou inexistentes as vozes que se levantaram em defesa da escravidão, enquanto instituição. Desde 1850, e especialmente após a promulgação da lei do Ventre Livre, políticas públicas e estratégias privadas tentavam encaminhar de maneira segura a chamada transformação do trabalho (CASTRO, 1995, p. 236).

Os agentes econômicos (fazendeiros escravistas) e sociedade civil esforçaram-se para controlar a transformação do sistema escravocrata ao trabalho livre sem desorganização da produção. A desordem era muito útil aos interesses escravistas, no entanto, a busca pelo controle social e produtivo era peça chave para a argumentação abolicionista. Tal projeto oficialmente já havia sido encaminhado desde meados do século XIX, pela política imperial. Este projeto baseava-se em três aspectos: 1) no estabelecimento de expectativas no tempo de continuidade da escravidão; 2) na forte tendência à intervenção legal nas formas de organização e controle do trabalho livre; e, 3) no princípio do respeito ao direito de propriedade, referenciando uma política de indenização. Na segunda metade da década de 1880, era notável que a escravidão estava condenada e sua sobrevivência poderia ser contada em anos, porém, poucas pessoas poderiam imaginar que haveria condições políticas para sua extinção sem qualquer condição e regulamentação em relação ao trabalho livre. A participação do escravo no cenário político gerou um estranho encontro entre abolicionistas e antigos lavradores escravistas movidos pelo interesse comum da organização do trabalho. O fim do cativo significou para a sociedade da época uma mudança de sentido das ordens socioculturais que construía a ordem no mundo rural escravista – senhores, escravos e homens nascidos ou tornados livres deixaram de existir. A partir de 1888, foi necessária a construção de novas identidades sociais e os significados da liberdade foi o campo de luta privilegiado a partir do qual se reestruturariam as novas relações de poder. As ações dos libertos pautaram-se na noção de liberdade, confundida nos quadros da sociedade imperial com o próprio direito de cidadania. Esta, ligada à noção de liberdade – cidadania civil. Estas discussões sobre a cidadania basearam-se no discurso concentrado na acepção política do termo. Segundo Hebe Maria Mattos Castro,

A cidadania, reclamada para os libertos livres por lideranças abolicionistas no parlamento, por parte do pensamento jurídico ou pelos poetas anônimos nos jornais, era, entretanto, mais que um exercício de retórica nos últimos anos do império. Esta era mesmo uma questão já antiga, que acompanhará a política de emancipação gradual, levada a cabo pelo governo monárquico até 1888 (CASTRO, 1995, p. 316).

Os libertos ficavam sujeitos a uma legislação de exclusão e o setor judiciário, que em nome do direito de propriedade, admitiu uma legislação especial aos escravos criando uma contradição ao admitir uma série de direitos civis aos homens livres (brancos). A política emancipacionista imperial, em toda sua legislação, manteve a tutela estatal ou privada sobre os libertos, privando-os da ‘cidadania brasileira’ conforme reconhecido aos homens nascidos livres. Liberdade e cidadania no Império, em termos civis, era a garantia às liberdades clássicas de ir e vir, de propriedade, liberdade de opinião e a integridade física. No entanto, tendeu-se a preservar o sentido hierárquico das relações pessoais e transformando esta cidadania em fiadora da igualdade formalmente reconhecida pelo Estado Imperial. A igualdade era percebida com a perda das marcas da escravidão. A marca racial desapareceu dos registros políticos nas últimas décadas de existência da escravidão. Perder este estigma do cativo significava deixar de ser reconhecido não só como liberto, mas também como preto ou negro, referenciado ao caráter de não cidadão.

1.3.O Partido Republicano Rio-grandense no poder: as políticas de inserção do ex-cativo e os atos normativos

O Rio Grande do Sul foi cenário de muitos conflitos belicosos durante o processo de ocupação e posse do território sul-brasileiro. As guerras envolveram as coroas ibéricas durante o período colonial, outras nações no período imperial e também ocorreram guerras civis. O conflito importante para a história sul-rio-grandense foi a Revolução Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 a 1845. Esta guerra foi promovida pelos estancieiros charqueadores da região da Campanha gaúcha contra o Império do Brasil. Os dez anos de guerra levaram a economia da Província do Rio Grande de São Pedro a uma profunda crise. Décadas após o término dos conflitos da Revolução Farroupilha, imperiais e charqueadores aproximaram-se novamente para levantar outra guerra, desta vez contra o Paraguai na década de 1860. Desde este tempo muito remoto da história de ocupação portuguesa no sul do Brasil já existiam grupos militares que faziam o policiamento do território português, chamados de Regimentos ou Companhias de Dragões Imperiais.

Estes regimentos de Dragões Imperiais eram incumbidos de patrulhar e defender o território de posse da Coroa Portuguesa. Em virtude da inexistência de encarregados do serviço de policiamento nesta província frequentemente os Dragões desenvolviam essa tarefa. Assim, não é demais considerar a instituição dos Dragões a origem da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Já em 1742, ocorrera uma revolta entre os Corpos de Dragões, a chamada Revolta dos Dragões durante a comandância do Cel. Diogo Osório Cardoso. Em carta enviada ao governador é possível observar que os Dragões realizavam atividades de policiamento. O trecho diz:

Tomaram a resolução de se separarem com um Corpo, elegendo entre si um Comandante e outros Oficiais para continuar o serviço, assim de **guardas e rondas** para a defesa deste Estabelecimento, como para debaixo deles se **evitarem roubos, violências e outros distúrbios** que pudessem acontecer aos moradores, como até aqui se tem observado...(CHAGAS, 1987, p. 9)

Analisando as palavras grifadas é possível concluir que os revoltosos ao se referirem a “**guardas e rondas**” e “**evitarem roubos, violência e outros distúrbios**”, estão falando da atribuição das funções desenvolvidas como polícia. Em 1809, durante o governo de D. Diogo de Souza, foram organizadas as Tropas de Linha de Milícias da Capitania do Rio Grande do Sul. A Carta Régia observava ao Regimento de Dragões que mantivesse quatro Companhias – uma em cada um dos distritos: Porto Alegre, Fronteira das Missões, Fronteira do Jaguarão e entre as nascentes do Jaguarão e do Ibicuí. Esta carta atribui aos Regimentos de Dragões a função de policiamento, mais precisamente, no artigo 16 da carta com a afirmação:

Vigiará sobre a segurança e a ordem do seu Distrito, fazendo prender todos os vadios que nele aparecerem sem domicílio, aquele que habitualmente fizerem desordem ou forem contrabandistas e os remeterá ao Quartel General para se lhes dar destino (CHAGAS, 1987, p. 10).

Já em 14 de junho de 1831, a Regência Provisória criou o Corpo de Guardas Municipais Permanente. Em 1837, através da Lei nº 07, de 18 de novembro, o Presidente da Província, general Antonio Elzeário de Miranda e Brito, criou o Corpo Policial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Surgia então o Corpo Policial como instituição mantenedora da ordem interna. Entre o período de início da Revolução Farroupilha até alguns anos após a Proclamação da República Rio-Grandense passou por momentos conturbados na sua estrutura política. A instabilidade gerada pelas guerras e trocas de presidentes de

província ou governadores² também ocasionou a criação e substituição das diversas forças militares que atuaram neste período.

Nesta época, em virtude das revoltas dos farroupilhas, o Corpo Policial somente foi organizado em 1841, sob o comando do Tenente Coronel Quintiliano José de Moura. Em 1873, o Corpo Policial foi extinto e foi criado em substituição a Força Policial. A Força Policial foi organizada em seções fixas (policimento da Capital) e móvel (policimento do interior). Após a Proclamação da República no Brasil, o governador Visconde de Pelotas, em 26 de dezembro de 1889, extingue a Força Policial e cria a Guarda Cívica do Estado. Em junho de 1892, Visconde de Pelotas dissolve o Corpo Policial e cria uma Brigada Policial, também de vida efêmera. Júlio Prates de Castilhos, que reassume a governança do Estado retoma a milícia com a denominação de Guarda Cívica. E em 15 de outubro de 1892, através do ato nº 375, é finalmente criada a Brigada Militar do Estado.

O primeiro Comandante Geral da Brigada Militar foi Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz. A nova milícia foi criada essencialmente para auxiliar o Exército Nacional e os governos brasileiros a manter a ordem interna do Estado. Seu primeiro Regulamento expedido por ato n.º 371, de 22 de outubro de 1892, conforme Chagas (1987, p. 13) dizia: “A Brigada Militar, cuja ação se estenderá a todo o Estado do Rio Grande do Sul, incumbe zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”. A Brigada Militar era formada por um Estado-Maior; três corpos do serviço ativo (com dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria) e três corpos de reserva (com dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria).

Como se pode observar, o governo do Estado precavia-se, organizando melhor sua força pública para, deste modo, estar em condições de enfrentar os difíceis tempos que se vislumbavam, nos quais a perspectiva de guerra civil era bem grande (CHAGAS, 1987, p. 12).

Ela tinha inicialmente o objetivo de serviço de policiamento, porém, a situação política do país obrigava a preparação militar dos integrantes destas forças policiais. A milícia gaúcha não tinha dúvidas quanto aos objetivos de sua criação, pois seu artigo 6 afirmava que a Brigada Militar tinha a incumbência de zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado. A Instituição mostrou sua importância em 1893, logo após a posse de Júlio Prates de Castilhos, em 25 de janeiro deste ano. O governo republicano

² Governadores no período Republicano e Presidente de Província durante o Império.

enfrentou na primeira década de existência duas guerras dentro do seu território: a Guerra Civil de 1893/95, chamada de Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Em 9 de fevereiro, Gumerindo Saraiva e o general João Nunes da Silva Tavares invadiram o Rio Grande do Sul dando início aos conflitos. A Brigada Militar atuou como força de defesa dos legalistas. Dentre as reivindicações dos federalistas estavam a suspensão da constituição republicana estadual e a deposição de Júlio de Castilhos.

A nova ordem política republicana criou a Brigada Militar para defender os interesses do Estado do Rio Grande do Sul e se transformou no braço armado do Estado na defesa do Governo Federal e na preservação do regime político e seus governantes republicanos. A força sul-rio-grandense honrou a atribuição a ela depositada e com suas unidades da ativa e da reserva participou da maioria das ações bélicas dos conflitos armados durante as primeiras décadas do século XX buscando manter a ordem e os interesses da república. Os governos republicanos investiram na manutenção, em equipamentos e no treinamento da Brigada Militar tornando-a por um longo período mais equipada e melhor treinada que o Exército Nacional. Esta instituição foi um instrumento de manutenção do poder decisivo para os governantes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) enfrentando as oposições discordantes da política imposta e intimidando os adversários do PRR.

1.4.A inserção como política institucional da Brigada Militar

A transição da ordem social escravocrata para o sistema de trabalho livre passou por um processo de formação e acomodação de novas estruturas nas relações sociais, culturais e econômicas. O escravo foi transformado em homem livre e o senhor de escravo em empregador dentro do novo sistema de relações capitalistas adotado pelo Brasil. O fim da escravidão isentou o senhor de escravo da responsabilidade pela inserção do 'negro' livre no sistema econômico-social. Também, o Estado não tomou a preparação do liberto para a vida social como uma responsabilidade. No novo cenário o liberto tornou-se responsável por si mesmo e seus dependentes, embora sem as ferramentas morais para agir no contexto de uma

economia competitiva. Esta face da abolição colocou o negro de frente com um sistema desconhecido. Conforme Fernandes (1978, p. 16), “a participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista”. No entanto, com o fim do sistema escravocrata o “homem de cor” foi inserido num mundo de homens livres, mas excluído do direito de participação na sociedade.

Na região de São Paulo, ocorreram dois processos de inserção do ex-escravo no sistema de produção do trabalho livre. Nas regiões de baixa produção de café o negro se inseriu na ordem de produção em condições semelhantes às anteriores. Nas regiões de produção expressiva houve a possibilidade de formação de um mercado de trabalho e o ex-escravo concorreu com os trabalhadores nacionais e com a mão-de-obra livre europeia. Nas áreas urbanas o negro adotou o trabalho artesanal como primeira forma de ascensão econômica e social. No entanto, já nesta época o liberto defrontava-se com a competição do imigrante europeu que assumiu o trabalho livre considerado degradante (engraxate, vendedor de jornais, verdureiro, etc.). Segundo Fernandes, (1978, p. 20), “em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideias de homens, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. Em São Paulo, a concorrência e a falta de preparo do negro e do mulato os excluíram dos trabalhos artesanais urbanos ou do comércio de miudezas e serviços e ficaram confinados aos trabalhos brutais chamados de “serviço de negro”. No Rio Grande do Sul houve um processo de inserção do negro inicialmente como escravo militarizado e sob promessas de “lutar pela liberdade”. Após a proclamação da República desenvolveram-se políticas de inserção de ex-escravos, libertos e descendentes de escravos nos serviços públicos, particularmente nos quadros da Brigada Militar.

A inserção de soldados negros na Brigada Militar no final do século XIX e início do século XX, fez parte da política do novo sistema político-administrativo do Rio Grande do Sul. Em consequência desse processo o soldado afrodescendente pode usufruir de alguns direitos e deveres de cidadania, mesmo num sistema excludente. Por isto a importância de identificar através da documentação existente a influência destes soldados dentro da Instituição. O negro não está identificado somente na tropa, como soldado, mas também nos escalões mais altos do oficialato, em turmas de qualificação profissional, conforme representado em fotografias da época.

A formação da Brigada Militar foi articulada antes do início dos confrontos de 1893/95, porém, sua organização hierárquica ocorreu em 1893. A chamada Divisão do Norte, sob o comando do general Francisco Rodrigues Lima e pelo republicano Pinheiro Machado estava organizada em infantaria, cavalaria e artilharia. Nesta divisão, também fazia parte o 1º Regimento de Cavalaria comandado pelo Tenente-Coronel Fabrício Batista de Oliveira Pillar. Atualmente este Regimento tem sua sede no Município de Santa Maria, na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro do Regimento está instalado o Centro de Memória Coronel Pillar - CHCP, local que abriga um arquivo de documentos e um acervo museal – o arquivo do CHCP constitui-se na base de fontes primárias para este trabalho.

A presença de soldados negros na Brigada Militar está registrada nos livros de assentamento, em fotografias e documentos da instituição. Também, nas “Ordens do dia”, e é possível observar referências sobre pessoas de cor “negra”. Nos livros de assentamento da instituição é possível observar a presença desses militares através da descrição do item “cor”, como descrição da pele classificada como moreno, pardo ou preto. A descrição “parda” era muito utilizada na época como uma forma de identificação de negros (escravos ou negros livres/libertos) ou descendentes. A seguir, na figura 1, observa-se um recorte de uma página de um dos livros existente no arquivo do Centro Histórico Coronel Pillar. Em Santa Maria – RS, já nos primeiros esquadrões desta instituição é possível verificar a presença afrodescendente na Brigada Militar. Como exemplo, o soldado Ladislau Albano (**ANEXO I**) que ingressou na Brigada Militar em 18 de abril de 1892, com 24 anos de idade, na condição de soldado.

Sobre os soldados inscritos nos livros de assentamento estão informações como esquadrão, nome, filiação, ano de nascimento, naturalidade, características físicas (cor da pele, cabelo, olhos) e data de entrada e saída da instituição e na sequência tem as observações anotadas durante o tempo que estes militares fizeram parte da instituição.

Em outras fichas dos livros de assentamento também é possível observar a presença de afrodescendentes ingressados na Brigada Militar a partir do ano de 1892. Exemplo disto é o soldado Onório José de M., nascido em 1869, cor parda, entrou na Brigada Militar em 06 de dezembro de 1892, na patente de soldado e pela Ordem Regimental nº 16, de 11 de fevereiro de 1896, foi promovido a cabo do esquadrão. Este é um exemplo de soldado negro que ascendeu a um posto dentro da hierarquia institucional. Da mesma forma o soldado Pedro Benedito Bozano, nascido em 1872, cor parda e pela Ordem do dia nº 14, foi promovido a

cabo, depois foi promovido a furriel e pela Ordem do dia n° 318, foi promovido a sargento. O soldado Francisco Pinto de Souza, nascido em 1867, cor parda, e patente de clarim-mor tinha registrado no livro de assentamento a profissão de carpinteiro. Muitos negros ingressavam na Brigada Militar e ocupavam cargos na Banda Marcial da Brigada. Outro caso importante é o soldado Felisberto dos Santos, natural do Estado Oriental (República do Uruguai), de cor parda, ingressou na Brigada Militar em 01 de setembro de 1897 até 1900. Foi aprendiz de clarim, e pela Ordem do dia n° 423, foi excluído do estado efetivo do regimento e deste esquadrão por ser natural do Estado Oriental e não desejar continuar a servir.

Todos os militares (somente analisados os soldados especificados com a cor “preto”, “pardo”, “mulato”, ou afim) nasceram durante o período imperial enquanto ainda vigorava a escravidão no Brasil. Portanto, se estes soldados eram descendentes de escravos, também foram escravos e na data de sua incorporação à Brigada Militar eram ex-escravos. Desta forma, fica clara a intenção do governo republicano de absorver e amparar esta mão-de-obra existente e que em muitos casos já com alguma qualificação. Os soldados incorporados durante o processo revolucionário entre 1893 e 1895, eram incorporados pela Ordem do Dia publicada pelo comandante da unidade em campo mesmo. Na Ordem do Dia, transcritas por Silveira, (1992, p. 40):

Acampamento do 1° Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, em Cacequi, 25 de novembro de 1892.

Ordem do dia n° 12

Inclusão

Sejam incluídos no 1° Esquadrão os voluntários, Antônio Achayor do Prado (...), Antônio de Paula Machado, natural deste Estado com **38 anos** de idade, solteiro, **cor parda**, Paulino José Pinto, filho de Antônio José Pinto, natural deste Estado, com 18 anos de idade, solteiro, cor parda, (...)

Ass. Carlos da C. bandeira

Maj Cmt int

Verificamos através dessa fonte que o soldado Antonio de Paula Machado possuía 38 anos de idade quando ingressou na Brigada Militar. A Brigada Militar incorporava soldados negros com experiência no *front* para lutar contra os revolucionários federalistas entre 1893 a 1895. Também incorporava soldados remanejados de outras instituições extintas conforme Silveira, (1992, p. 43), aponta na transcrição do trecho:

Acampamento do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, em Cacequi, 29 de novembro de 1892.

Ordem do dia nº 2

Inclusão

Sejam incluídos no 2º Esquadrão os cabos da extinta Guarda Cívica, João de Azevedo Machado, Estácio Paulo da Silva e no 4º Esquadrão os soldados também da extinta Guarda Cívica, Francisco Prado José, (...) alistados todos por cinco anos.

Ass. Fabrício Batista de Oliveira Pillar

Tem. Cel.

Após o fim dos conflitos de 1893-95, o Estado amparou esposas, irmãos, filhos ou mães de oficiais da Brigada Militar que morreram em combate defendendo a República ordenando que os pagasse Meio Soldo. Também houve incorporações de Regimentos da Reserva a Regimentos Efetivos. Na Ordem do dia a seguir destaca-se a incorporação de um Capitão que já havia lutado na Revolução Farroupilha.

Em Ordem do dia de 22 de junho de 1895 fora publicado a determinação do Dr. Presidente do Estado para incorporar ao 1º Regimento de Cavalaria os oficiais e praças pertencentes ao 1º Regimento de Reserva que havia sido extinto. Entre os incorporados estava o Cap. Nicolau Antonio dos Santos, (de cor preta), veterano da Revolução Farroupilha e as demais guerras que o Brasil sustentou, na Guerra do Paraguai tinha o posto de 2º sargento. O Cap. Nicolau amigo pessoal de Julio de Castilhos seu conterrâneo. Reformado da Brigada Militar, veio morar em sua terra natal, antiga Vila Rica, onde morreu e que mantinha como relíquia sua lança da qual nunca se separou, mesmo no comando de seu Esquadrão (SILVEIRA, 1992, p. 152).

Em muitas das guerras ocorridas na Província do Rio Grande do Sul foi comum o uso de soldados negros na frente de batalha (lanceiros). Soldados que com a prática da guerra tornavam-se comandantes de tropa e ganhavam postos mais elevados dentro da hierarquia militar. Com o fim dos conflitos de 1893/95, o Estado do Rio Grande do Sul incorporou estes soldados negros à Brigada Militar e indenizou as famílias dos soldados mortos em combate. Institucionalmente o Estado do Rio Grande do Sul incorporou afrodescendentes como soldados na Brigada Militar colaborando para a inclusão e formação de uma classe de servidores públicos.

1.5.A participação do negro na sociedade santamariense

Na década de 1880, Santa Maria era um centro comercial regional de criadores de gado e lavradores. A instalação das primeiras linhas de ferro (1880 e 1885), e a instalação do

Núcleo de Colonização Italiana em Silveira Martins (1877 – 1878), impulsionou o crescimento socioeconômico. O crescimento econômico local e a diversidade da população vieram com o trem e os imigrantes – principalmente italianos alojados no Distrito de Silveira Martins. Desde então, Santa Maria passou a despontar como um centro de convergência econômico-social e cultural na região central do Rio Grande do Sul. O crescimento urbano impulsionou a diversificação das atividades econômicas ligadas ao setor secundário e por consequência também afetou a economia do campo. Em fins do século XIX Santa Maria já era considerada um importante centro comercial do Estado.

Nas décadas de 1860 e 1870, a localidade não expressava muitas relevâncias no cenário Provincial, principalmente na área econômica. Esta região era um local de passagem de carreteiros e viajantes no século XIX e o povoado era formado por duas ruas: a Rua do Acampamento e a Rua Pacífica.

Em 1859, segundo afirma o relatório do então Presidente da Província, Joaquim Antão Fernandes Leão, podemos constatar que lá existiam 5.110 pessoas, divididas entre 4.124 livres, 20 libertos e 966 escravos³. Segundo o Censo de 1872 a população total era de 8.228, sendo 1.204 cativos divididos em 629 homens e 575 mulheres (CARVALHO, 2005, p. 41).

Mesmo Santa Maria sendo uma povoação distante dos centros produtores de charque e às margens da região da Campanha (a chamada campanha gaúcha), ainda concentrava um número expressivo de escravos – cerca de 19, 29 % da população de Santa Maria em 1859 e 14, 63% em 1872 eram escravos. Os carreteiros-lavradores também exerciam sua influência transportando gêneros alimentícios produzidos no campo para a zona urbana e os comerciantes urbanos enviavam ao meio rural outros produtos, como o sal, tecido, ferramentas, etc. Segundo Daniela Vallandro de Carvalho (2005, p. 52) “assim, de meados do século XIX até mais ou menos princípios da década de 1880, Santa Maria se compunha deste panorama socioeconômico, apresentando um cenário rural bastante marcante e um urbano ainda tímido”. A população era formada, em 1872, por 8. 228 pessoas e em 1885 já existiam 13.000 habitantes. Assim:

Ora, esse crescimento estatístico nos mostra a tamanha influência exercida pela ferrovia no processo de urbanização e crescimento da cidade de Santa Maria, como um atrativo inegável, não só pelas novas oportunidades de emprego, mas, sobretudo por ser o ponto de encontro dos trilhos gaúchos, trazendo e levando pessoas, provocando uma intensa circularidade material e humana, conferindo a cidade a característica de ser uma *cidade de passagem*(CARVALHO, 2005, p.55).

³ RPP, Joaquim Antão Fernandes Leão, 1859, AHRS – A7. 06.

As autoridades administrativas locais urbanizaram as localidades por onde a ferrovia passava e principalmente nas estações de transporte de mercadoria e passageiros e as regiões que ficaram distantes da ferrovia apresentaram visíveis sinais de decadência econômica. A ferrovia trouxe para Santa Maria o progresso, nos termos positivistas, desejado pelo seu implemento e conferiu à cidade novamente o caráter de local de passagem, de trânsito de pessoas levando e trazendo mercadorias, vidas que se modificavam, culturas que se mesclavam, e muita circularidade entre campo e cidade. A diversidade multiétnica foi uma característica que marcou Santa Maria desde os primeiros momentos de ocupação deste território.

Ao se referir sobre esse momento Leticia Batistela Silveira Guterres (2005, p. 13) afirma que “os inventários *post-mortem* da região de Santa Maria eram flagrantes em assinalar a existência de escravos como parte dos bens de diversos grupos sociais daquela região naquele período investigado, até por aqueles considerados despossuídos de recursos para tê-los”. Estes escravos mantinham relações familiares com outras pessoas (escravos, libertos ou brancos) formando inclusive família. Em outras regiões do Brasil, como no sudeste, as relações entre escravos eram facilitadas pelo seu grande número nas mesmas fazendas (aproximadamente 10 indivíduos), facilitando a escolha de cônjuges. A relativa estabilidade também facilitava, pois nestas propriedades após o escravo ser adquirido não seria mais alienado por venda. No Rio Grande de São Pedro as propriedades eram menores e por isso a possibilidade de venda era maior e conseqüentemente dificultava a formação de família. As famílias afro-brasileiras articularam-se de fato paralelo ao processo de desagregação da escravidão após 1850. A diminuição do tráfico internacional da mão-de-obra forçada não foi sinônimo de diminuição da escravidão interna.

No entanto, a região de Santa Maria, com sua produção voltada para o mercado interno registrou perda de cativos no tráfico interno para áreas de economia mais dinâmica, como as regiões charqueadoras por exemplo. Os campos do sul da região eram povoados pelas criações de gado e nas áreas florestais predominava a agricultura de alimentos. Configuração que possibilitou a diversidade de atividades produtivas onde os diversos grupos sociais inseriram-se. Diante deste cenário compreende-se que o trabalho escravo estava espalhado pelas diversas atividades desenvolvidas no município: tarefas domésticas, roças, pecuária, serviços urbanos (escravos de ganho). Nestas atividades o escravo mostrava pouca representatividade, ao contrário das estâncias – local onde existia uma concentração maior de escravos.

Em 1859, a população cativa de Santa Maria somava 18,9 % da população total, ou seja, embora proporcionalmente representasse um dos menores números de população escrava da Província, acabava por manter a média entre os municípios menos urbanizados e que não possuíam charqueadas. As propriedades de Santa Maria não concentravam um grande espaço se comparadas a outras regiões do Brasil e por isto não somavam números grandes de cativos.

CAPÍTULO 2 – A FOTOGRAFIA COMO FONTE PARA A INVESTIGAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Este capítulo será dedicado a contextualizar a história da imagem na imprensa. Gutenberg (1400/1468) revolucionou a reprodução do saber com a invenção da prensa de tipos móveis e assim difundindo com maior facilidade o conhecimento escrito. No entanto, a humanidade não se contentou e buscou inserir imagens junto às letras e assim surgiram os periódicos com imagens impressas através das técnicas da xilogravura e posteriormente a litogravura – surgiu assim a *imprensa ilustrada*. Com o desenvolvimento das técnicas fotográficas a imprensa adotou o uso desta tecnologia em suas publicações. Os autores passaram a publicar livros dedicados a um assunto específico mesclando texto e fotografias. A fotografia passou a fazer parte do cotidiano da imprensa transformando-se em um instrumento fundamental. Surgiu então o fotojornalismo. Ao longo do tempo, a fotografia transformou-se em fonte de conhecimento do passado e muitos autores atualmente dedicam-se ao estudo deste objeto que guarda um “passado congelado”. O negro também foi alvejado pelas lentes dos fotógrafos nos estúdios. Ele fez parte do cenário fotográfico desde a vinda de cientistas viajantes europeus para o Brasil. Após abolição o negro passou a ser um modelo de representação fotografado e vendido nas *carte-de-visite*, folhetins, etc. Desta forma, a fotografia torna-se uma fonte de conhecimento do passado que pode ser estudado através da observação da sua imagem. Muitos autores dedicam-se ao estudo e elaboração de metodologias para a análise deste tipo de documento. A análise iconográfica proposta neste trabalho seguiu as orientações abordadas neste capítulo.

2.1. Contexto histórico da introdução das técnicas fotográficas no Brasil

No começo do século XV, Johannes Gensfleisch zum Gutenberg (1400 – 1468) criou a máquina que revolucionou a reprodução do saber: a prensa de tipos móveis. As letras acumuladas nas prateleiras dos mosteiros medievais poderiam agora ser impressas. Gutenberg criou a impressão tipográfica possibilitando a reprodução da informação e a disseminação do

conhecimento em larga escala. No Brasil a liberdade de tipografias ocorreu após a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, quando foi fundada a Imprensa Régia no Rio de Janeiro. A produção de livros não foi o forte das tipografias brasileiras no início do século, mas sim a impressão de periódicos.

O *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, de 1808, foi o primeiro periódico brasileiro, porém, era impresso em Londres. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro periódico impresso na Imprensa Régia. Este periódico tornou-se um modelo para as outras tipografias. O atraso no processo de desenvolvimento da indústria gráfica no Brasil ocorreu por consequência da proibição por parte de Portugal da instalação de indústrias na Colônia. Em 1839, o francês Louis Jacques Mande Daguerre com colaboração de Joseph-Nicéphore Niépce anunciaram a invenção do daguerreótipo. O processo do daguerreótipo consistia numa chapa folheada de prata e sensibilizada a partir de sua combinação com o iodo – sobre a qual se forma a imagem fotográfica latente, que, depois de revelada com vapor de mercúrio, torna-se um amalgama de mercúrio e prata, visível. Estavam prontas as primeiras técnicas de captura de imagens, mas ainda era difícil sua reprodução nos periódicos. O desafio da produção tipográfica brasileira se deu em relação às imagens por motivos de escassez de mão-de-obra qualificada.

As primeiras inserções de imagens em periódicos foram retratos ou vistas gravadas no metal ou na pedra e impressa separadamente. A *litografia* e a *xilografia* contribuíram muito no processo que ficou conhecido como *imprensa ilustrada*. Com o aperfeiçoamento das técnicas de produção de imagens em meados do século XIX as fotografias também foram incorporadas às páginas dos jornais a partir da transposição manual. A aplicação direta da fotografia àquela tecnologia desenvolveu os chamados processos de reprodução fotomecânica. Segundo Andrade (2004, p. 31) “inicia-se, então, próximo à virada do século XIX, uma nova revolução no processo de comunicação empregada pelos órgãos de imprensa ilustrada da Europa e dos Estados Unidos, afetando mais uma vez a própria feição visual do jornalismo gráfico”. A primeira fotografia realizada no Brasil com o objetivo de reprodução em uma obra impressa foi feita pelo francês Victor Frond. Seu *Brazil pittoresco*, consistiu num conjunto de 74 litografias produzidas por artistas franceses a partir de fotografias e acompanhado do texto de Ribeyrolles. Este é o primeiro livro com imagens realizadas a partir de fotografias de nosso país, originalmente tiradas em 1858. O alemão Revert Henrique Klump, natural de Berlim, chegou ao Brasil em 1852, e produziu em 1872, a obra *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, o livro continha imagens

realizadas a partir de fotografias brasileiras de sua autoria. Esta obra é um marco importante da história da fotografia brasileira por documentar as condições de viagem na primeira rodovia brasileira e importante fator de integração e consolidação da identidade nacional. A partir da década de 1830, no mundo, surgiram os primeiros impressos ilustrados com sátiras, repletas de charges e caricaturas. (exemplo: *Caricature* – Paris, 1830; *Le Charivari* – Paris, 1832; *Punch* – Londres, 1841).

A utilização da fotografia na imprensa ilustrada como uma modalidade alternativa de representação ocorreu simultaneamente à penetração do periódico na sociedade e que também vai se tornando cliente dos fotógrafos estabelecidos (ANDRADE, 2004). Alguns periódicos tornaram-se clássicos. Tal como *Semana Ilustrada*, dirigido de Henrique Fleiuss. Este periódico fazia referência às fotografias através de suas caricaturas e mostrava que na década de 1860, a fotografia já fazia parte do cotidiano social da cidade do Rio de Janeiro. Este foi o periódico carioca que mais abordou a questão da fotografia no período e ofertou uma vasta contribuição para a conscientização, compreensão e aceitação da fotografia em nossa sociedade. A fotografia causou muitas mudanças na imprensa ilustrada e chegou a relegar ao segundo plano outras modalidades de representação visual então vigentes. Nos jornais ilustrados a imagem desempenhava papel crucial, e às vezes, também autônoma em relação ao texto. Também foi comum a inter-relação entre imagem e texto ocorrendo aquilo que denominaríamos de “crônicas” visuais, humorísticas ou caricaturais. Após as primeiras estampas de vistas ou retratos a imprensa passou a reproduzir fatos e acontecimentos e oferecendo o caminho para o desenvolvimento da história do fotojornalismo. A *Semana Ilustrada* introduziu uma proposta inovadora de comunicação visual espelhado nos moldes dos melhores periódicos ilustrados europeus no tocante ao design da página integrando texto e imagem. A fotografia também foi instrumento de documentação jornalística nas guerras. A primeira guerra fotografada da qual o Brasil participou foi a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai foi um importante momento para o fotojornalismo brasileiro por ser a primeira guerra fotografada da qual o Brasil participou. Nos tempos desta guerra, as notícias circulavam entre os campos de batalha e a capital do Império através dos navios que faziam o percurso até o Rio da Prata. Este evento possibilitou que Henrique Fleiuss, aliado assumido do Imperador D. Pedro II, realizasse a primeira experiência de realização de cobertura jornalística com editoriais e notícias ilustradas publicadas sistematicamente. Os periódicos passaram a contar com o apoio das imagens do “teatro da guerra” complementando a leitura textual e construindo um imaginário do conflito através da assimilação da leitura e

imagem. Esta foi a primeira vez que um editor formou um corpo de fotógrafos com a missão de colher imagens específicas de um evento pré-determinado com o intuito de publicar num jornal. Outros periódicos também reportaram a Guerra do Paraguai, como a *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, lançada ininterruptamente de 1876 a 1895. A diferença de Agostini para os outros caricaturistas era o seu engajamento político que através de seus desenhos pregava a abolição da escravatura e a proclamação da República. Sua intenção era de reportar a guerra com imagens de ação expressivas que prenderiam a atenção dos leitores através de seu talento e traços elaborados.

Então, a indústria gráfica aliou as imagens aos textos. A vantagem particular do testemunho da imagem é que elas comunicam de forma rápida e clara detalhes de processos complexos que um texto levaria muito mais tempo para descrever e de forma mais vaga. Por isso que a imprensa não tardou para adotar as imagens como subsídios para a sua carga de informação. As caricaturas, como primeiras formas de impressão em periódicos assumiram suas formas mais simples de desenho, mas carregadas de conteúdo ideológico assim como todas as outras imagens utilizadas nos periódicos. E a fotografia foi utilizada para retratar desastres e guerra e como um instrumento de denúncia social.

2.2 A imagem como documento iconográfico

A influência da Escola dos *Annales*⁴, fundada a partir da publicação do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, por Lucien Febver e March Bloch em 1929, incluiu a fotografia como fonte documental atribuindo importância a este documento e transformando-os em possibilidade de investigação através das informações visuais e de metodologias adequadas de pesquisa e análise. A renovação dos estudos históricos nas últimas décadas incorporou as imagens às preocupações do historiador e à historicidade de seu próprio ofício nos cuidados destes documentos. Para essa nova corrente, o esforço cognitivo em torno das imagens ou de qualquer outro objeto de estudo não pode mais ser

⁴ DOSSE, François. **A história em migalhas: dos *Annales* à nova história**. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

concebido sem a interpretação de seus aspectos simbólicos, a despeito do necessário domínio de suas condições materiais de existência. As imagens foram incorporadas como fonte primária ao lado de textos literários e testemunhos orais. São importantes por serem representações do passado de forma mais vívida, porém, seu uso implica em problemas incômodos por se tratarem de testemunhas mudas.

A fotografia surgiu no século XIX, em meio à Revolução Industrial trazendo inovações e transformou-se em instrumento de apoio à pesquisa. Sua produção passou do modo artesanal de captura de imagens a um processo aperfeiçoado e sofisticado de produção industrial de máquinas e impressões. Este documento enfrenta um problema em sua interpretação: à medida que se distancia do tempo cronológico que foi produzida, mais difícil ficam as possibilidades de interpretação da fonte. A fotografia possui três elementos fundamentais: o *fotógrafo*, o *assunto*, e a *tecnologia*. O fotógrafo – sujeito que opera todos os processos de produção da imagem – observa o cenário real e através dos seus interesses ideológicos e culturais recorta um fragmento do tempo presente e com seus equipamentos fotográficos captura a cena desejada. O registro fotográfico traz consigo marcas que denunciam o nível de desenvolvimento material e tecnológico do momento, aspectos da vida política, social, econômica, etc. A fotografia é uma representação plástica incorporada ao seu suporte (mídia). Como resultado do seu procedimento tecnológico consiste em um objeto-imagem – um artefato onde é possível notar todo o conteúdo tecnológico, social e ideológico e desta forma a fotografia constitui-se em fonte primária de conhecimento e pesquisa.

O objeto-imagem de primeira geração – o original – é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além de seu valor intrínseco, enquanto o de segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios – é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural (KOSSOY, 2001, p. 42).

A fotografia representa uma interrupção do tempo preservando e isolando o recorte de tempo selecionado pelo artista/fotógrafo e a partir deste momento ela carrega aquele fragmento congelado iconograficamente. É neste momento que inicia a vida do documento que guarda a imagem do passado congelada através do processo fotoquímico. As imagens que possuem reconhecido valor documental colaboram para os estudos de diversas áreas de conhecimento, tal como a arqueologia, a arquitetura, a história social, etc. por possibilitar a interpretação da memória visual do homem e seu entorno sociocultural. A imagem fotográfica é uma fonte de recordações de momentos passados, independente de emoções boas ou ruins

para o observador/espectador constituindo-se num exercício de rememoração no plano imaginário daquele que se vê fotografado ou um exercício de imaginar o momento representado por aqueles que não estão presentes na fotografia. O homem que se vê fotografado nos velhos retratos percebe que o tempo passou e esta noção torna-se definitivamente concreta.

A fotografia é uma forma de conhecimento do passado através da visualização da imagem gerada com a ação fotomecânica. Ela isolada não reúne conteúdo suficiente e definitivo para uma interpretação consistente. O historiador deve estar preparado para analisar corretamente o documento fotográfico de forma que possa compreender as informações desejadas. Este documento registra a atuação do fotógrafo como agente ativo na escolha ideológica da imagem a ser congelada no tempo (KOSSOY, 2001). A fotografia sempre será um documento de interpretação, pois, antes da sua materialização através da mídia (filme emulsionado ou mídia eletrônica) a imagem já passou pelo crivo do fotógrafo. Ainda, a informação escrita deve ser utilizada junto à interpretação da imagem fotográfica como forma de subsídio para complementar informações peculiares daquele fato histórico retratado.

Os estudiosos das fontes fotográficas – teóricos, historiadores da fotografia e pesquisadores de outras áreas que se utilizam da iconografia fotográfica do passado em investigações específicas – deverão, mais cedo ou mais tarde, confrontar-se com o fato de que no momento que observam e analisam uma fotografia eles estão diante da *segunda realidade: a do documento*. (KOSSOY, 2001, p. 151).

Boris Kossoy utiliza os conceitos de primeira e segunda realidade desta forma: a primeira realidade é o próprio passado, a realidade do assunto em si na dimensão da vida passada e refere-se à vida particular do assunto.

Toda e qualquer imagem fotográfica contém em si, oculta e internamente, uma história: é a sua realidade interior, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente e que se confunde com a primeira realidade em que se originou. (KOSSOY, 2002, p. 36).

A segunda realidade é a do assunto representado, contido nos limites da imagem fotográfica, ou seja, toda fotografia que vemos será sempre uma segunda realidade. Fotografia é uma transposição da realidade visual do assunto selecionado para a realidade da representação – uma transposição de dimensões e não corresponde necessariamente à verdade histórica, e sim apenas ao registro expressivo da aparência. No entanto, a fotografia não sobreviverá sem os dados que a identificam e sem a devida interpretação que a situa e a

valoriza. Fotografia é memória e com ela se confunde, é fonte inesgotável de informação e emoção, registro que se cristaliza, é uma paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio, é um documento que retém a imagem fugidia de um instante de vida que flui ininterruptamente.

Na França, os esforços para difusão da noção de patrimônio como sentimento nacional contou com a utilização de documentos visuais para sensibilizar e convencer da necessidade de preservação de bens culturais. A fotografia tornou-se um recurso visual importante para a preservação dos elementos concretos da construção histórica denominada patrimônio. As imagens fazem parte das expressões materiais e simbólicas e respondem pela criação, utilização e combinação de referências concretas e imaginárias. A iconografia compreende as artes, as técnicas de representação através da imagem ou mesmo a própria documentação (conjunto de imagens), resultante dessa atividade e exige um esforço de circunscrição do seu campo de abrangência e significação.

Na primeira metade do século XIX, houve a difusão da litografia, o aparecimento da fotografia e a popularização da imprensa ilustrada. Esses fatos colaboraram para a dilatação da experiência sensorial visual e para a expansão da memória, individual e coletiva, em diferentes suportes visuais.

Encarada como ‘espelho’ da sociedade no século XIX, a fotografia converteu-se, por isto mesmo, em imagem simbólica das conquistas que a ciência dessa mesma sociedade era capaz de alcançar, sendo talvez a mais importante delas a aceitação generalizada de sua própria objetividade e eficácia, tão bem representadas pela imagem fotográfica no recinto das exposições universais (TURAZZI, 2009, p. 63).

Peter Burke, (BURKE, 2004), no livro “Testemunha Ocular” publicado em 2004, afirma que desde o início da fotografia, este novo meio de comunicação foi discutido como forma de documento auxiliar à história, porém, o grande problema para o historiador é saber até onde ele pode confiar nestas imagens. Permanece ainda, em nossa cultura de instantâneo o costume de tratar as pinturas como equivalente às fotografias e assim esperar representações realistas tanto da parte de historiadores quanto de artistas.

A ideia de realidade, apresentada pelos primeiros fotógrafos, era sustentada pelo argumento de que os próprios objetos deixam vestígios na chapa fotográfica quando ela é exposta à luz, de tal forma que a imagem resultante não é o trabalho de mais humanas, mas sim do ‘lápiz da natureza’. (BURKE, 2004, p. 26).

A expressão “fotografia documental” passou a ser utilizada na década de 1930, referindo-se a cenas do cotidiano de pessoas comuns, especialmente dos pobres. Para sua interpretação esses documentos precisam ser contextualizados. Porém, este trabalho pode se tornar difícil quando a identidade do fotógrafo foi separada do projeto ou álbum inicial. É possível para o historiador utilizar a imagem como fonte histórica porque esta apresenta aspectos da realidade que os textos não apresentam. No entanto, o historiador precisa tomar cuidado, pois elas podem apresentar distorções da realidade social levando-o a interpretações equivocadas. Apesar de certos inconvenientes, as imagens auxiliam o historiador colocando em evidência rapidamente e sem dificuldades informações que o texto não consegue expressar com tanta facilidade.

A interpretação destas mensagens deixadas pelos artistas/fotógrafos é conhecida como “iconografia” ou “iconologia” – expressão surgida nas décadas de 1920 e 1930 associadas a uma reação contra a análise formal de pinturas em termos de composição ou cor em detrimento do tema. Segundo BURKE, (2004, p. 44), “os ‘iconografistas’, como seria conveniente denominar esses historiadores da arte, enfatizam o conteúdo intelectual dos trabalhos de arte, sua filosofia ou teologia implícita”. Panofsky⁵, em *Estudos em Iconologia*, publicado em 1939, distinguiu três níveis de interpretação: a descrição pré-iconográfica – voltada para o significado natural e consistindo na identificação de objetos e eventos; o segundo, a análise iconográfica voltada para o significado convencional; e a terceira, o nível da interpretação iconológica – distinta da iconografia pelo fato de se voltar para o significado intrínseco. Ele também insistia na ideia que as imagens estão inseridas numa cultura e não podem ser compreendidas fora do seu contexto cultural. O leitor desinformado pode cometer equívocos ao tentar interpretar imagens distintas do seu cotidiano cultural. A iconológica não considerava a dimensão do contexto social e Panofsky desejava descobrir o significado da imagem sem considerar para quem representava este significado. Este método falha por ser preciso e estreito em alguns casos e vago em outros.

Um outro enfoque possível é a percepção do artista como um filósofo político. A ênfase na interpretação cai no uso de imagens no processo de reconstrução da cultura material do passado, tanto em museus quanto em livros de história. As imagens são valiosas para reconstruir o cotidiano de pessoas comuns, suas formas de habitação, suas manifestações culturais folclóricas, etc. No entanto, o uso das imagens não deixa de apresentar riscos. A

⁵Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Erwin_Panofsky>

fotografia, em virtude da sua natureza físico-química, tem sido utilizada e aceita como prova definitiva, testemunho da verdade do fato ocorrido. Ela registra aspectos selecionados do real tal como se parecem. Apesar do seu caráter incontestável ela sempre se prestou também para os mais diferentes e interesseiros usos dirigidos, sempre representou um poderoso instrumento para a veiculação de ideias, formação e manipulação da opinião pública, particularmente a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva de imagens através dos meios de informação e divulgação. As imagens sempre são fontes históricas multidisciplinares, fontes de informação decisiva para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação. Segundo Kossoy (2002, p. 21) “as imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado”. A fotografia não pode ser aceita imediatamente como espelho fiel dos fatos, elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, aguardando pela sua decifração. Ela possui a realidade do documento, da representação: uma *segunda realidade*, codificada, sedutora em sua montagem, inocente, mas que é o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado. Ainda, Kossoy (2002, p. 23) afirma que “cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens, a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos”.

A fotografia documental abrange o registro fotográfico sistemático de temas de qualquer natureza captados do real. A fotografia esconde dentro de si um mistério, uma trama e é por trás destas aparências da visibilidade registrada pela imagem que se esconde o enigma que o pesquisador precisa decifrar. Para a análise iconográfica é preciso uma investigação minuciosa do documento.

2.3 O documento no acervo iconográfico e sua interpretação como fonte documental

A iconografia do negro e da escravidão tem sido utilizada como elemento de ilustração artística e esquecida como fonte de pesquisa para a história e demais áreas de interesse. O negro passou a fazer parte do cenário fotográfico desde a vinda de cientistas

viajantes europeus para o Brasil. a imagem fotográfica traz subjacente à informação iconográfica um manancial de informações que exigem do pesquisador uma reflexão elaborada sobre todos os aspectos que ela apresenta para buscar uma compreensão completa e correta do evento retratado (KOSSOY e CARNEIRO, 2002, p. 9). As imagens realizadas pelos viajantes europeus refletiram a ideologia dominante da época e abordavam a questão do negro como objeto com valor econômico no início do século XIX, no pós- abolição o negro passou a ser retratado no seu cotidiano. No século XIX e início do XX o negro foi um modelo de representação para fotógrafos/artistas. Este modelo era vendido nas *carte-de-visite*, folhetins, quadros, etc. como imagem decorativa ideologicamente construída a partir do ponto de vista do dominador – o branco europeu colonizador e escravocrata.

Para os viajantes do século XIX, como Saint Hilaire, o Barão Vom Langsdorff e Maximiliano de Wied-Neuwied, o negro passou a ser uma temática a ser documentada. Este olhar materializou-se a partir de técnicas pictóricas e fotográficas a partir de meados do século XIX e o destino final destas imagens era a publicação impressa em litografia. Estes viajantes traziam consigo uma imagem pré-concebida e ideologicamente construída da realidade brasileira que iriam encontrar, principalmente quando a temática era o negro escravo. Nesta época, a fotografia também colaborou registrando visualmente as tipologias estabelecidas prestando-se como categoria de identificação para mercadores e senhores interessados no comércio negreiro. A população negra apresentava diferenças étnicas e culturais representadas a partir de traços fisionômicos, cor da pele, sinais no rosto, traços psicológicos, etc.

Outras formas de identificação devem ser lembradas: a dos panos e penteados e as marcas de propriedade. O modo como os negros usavam os panos e ornamentavam seus penteados, uma verdadeira ‘linguagem’, revelava a singularidade de cada um, acentuando seus traços de identidade. (KOSSOY e CARNEIRO, 2002, p. 20).

Assim, as fontes iconográficas fornecem subsídios para assuntos retratados e também sobre os fotógrafos autores das representações, suas ideologias e a tecnologia utilizada em cada época. A iconografia explora a análise histórica nas suas múltiplas possibilidades de investigação e nas múltiplas leituras que as imagens proporcionam. Este é o desafio que as imagens estabelecem para o historiador na sua interpretação. “As imagens da câmara, tradicionalmente aceitas como a expressão da verdade – posto que documentam a realidade material ‘tal como ela é’- , resultam, na verdade, de um complexo processo de criação, elaborado por seu autor: o fotógrafo” (KOSSOY e CARNEIRO, 2002, p 162). A importância da fonte imagética para a história está na sua capacidade de retratar implicitamente atitudes e

intenções e informar como foi retratado o real registrado nela. O intérprete sempre se depara com códigos técnicos, culturais e estéticos da imagem e de sua época que o desafiam em suas decifrações.

O negro como modelo de representação fez parte de um cenário onde ele foi embelezado e animalizado ao mesmo momento, romanceado, abominado, estigmatizado pelos seus trajés de escravo ou trajado aristocraticamente no cenário do estúdio. Durante séculos o negro foi comercializado como peça para a mão-de-obra no cenário real dos engenhos de açúcar do nordeste, nas fazendas de café e nas estâncias gaúchas. No cenário fictício do estúdio foi um tipo exótico que viajou para o além-mar tornando-se conhecido através do cartão postal e assim, mesmo depois de liberto continuou sendo objeto de comércio.

Descrever imagens é uma tarefa difícil de fazer por completo em consequência da complexidade de informações que ela pode apresentar. Mesmo privilegiando um detalhamento na tentativa de explicá-la verbalmente ela sempre apresenta novas perguntas a serem respondidas. Para fazer sua interpretação é preciso que o historiador faça inicialmente uma contextualização através de pesquisas em outras fontes, tal como documentos escritos, fontes bibliográficas ou mesmo através de entrevistas orais. Paralelo a isto, também é de fundamental importância conhecer as tecnologias utilizadas na época em que a fotografia foi produzida. A contextualização ocorre através da escrita baseada em informações adicionais atribuídas à imagem na transposição da sua estrutura para a representação documentária. A partir da visualização da imagem são elencadas palavras-chave que devem alimentar a análise iconográfica.

A grade de análise pode ser elaborada segundo a contemplação efetiva das referidas temáticas, permanecendo o olhar do profissional cronologicamente balizado e tematicamente limitado, mas permitindo uma outra confluência de análise: a 'contextualização expressiva' da fotografia. É assim que o conteúdo de uma mesma imagem é descrito de diferentes maneiras por diferentes instituições e atende satisfatoriamente a seus usuários (MANINI, 2002, p. 19).

A análise documentária da imagem busca tratar o documento com o objetivo de selecionar as características segundo as quais ele pode ser encontrado ou recuperado. Nesta análise são utilizados os dados visuais imagéticos que são complementados com informações obtidas em várias fontes de dados. A informação imagética deve ser utilizada paralelamente ao texto escrito na construção de sua análise gerando uma nova informação textual pelo fato da necessidade da sua descrição. Esta nova informação também é um documento com valor

histórico e por isto deve ser construído com cuidados especiais através de um olhar também especializado. A descrição das palavras-chave demanda métodos e regras específicas. A releitura do documento mediada pela linguagem documentária constitui-se novamente em uma transposição de estruturas. Novamente o historiador se defronta com outra transposição de dimensões – primeiramente, a transposição ocorrida na captura da imagem, outra transposição no momento de sua interpretação pelo sujeito que utiliza a fonte e a terceira transposição quando o historiador realiza a releitura da informação gerada. A leitura documental da fotografia ocorre em primeiro plano na sua própria interpretação e o resultado final deve ser um texto escrito baseado nas informações obtidas pela análise imagética e as fontes consultadas. “A análise Documentária de Fotografia tem por objetivo a identificação do conteúdo informacional da imagem fotográfica” (MANINI, 2002. p. 48). Panofsky conceituou três níveis: pré-iconográfico; iconográfico e iconológico. Assim, o nível pré-iconográfico é o lugar do tema natural ou primário da obra. Esta descrição permite a enumeração dos motivos artísticos do mundo das formas puras, portadoras de significados primários ou naturais. Neste caso, a imagem pré-iconográfica conduz à descrição dos elementos constitutivos da imagem, o referente da imagem. O nível iconográfico é o tema secundário, lugar que se liga o motivo artístico (tema primário) ao assunto específico e conceitos manifestos e depende do anterior pelo fato que o reconhecimento de assuntos e conceitos pressupõe que tenha identificado os motivos primários. O nível iconológico é o lugar dos valores simbólicos, remete a significados intrínsecos ou conteúdos somente detectáveis cultural, social, filosófico ou ideologicamente. Neste nível o autor da imagem mais se distancia do leitor porque o despertar neste último é incalculável.

Podemos desenvolver a análise documentária da fotografia através das seguintes formas de raciocínio (MANINI, 2002):

- Indução: através da inferência obtém-se uma conclusão. Partindo da observação das particularidades da fotografia chega-se a uma conclusão geral, desta mesma forma o ícone acompanha a lógica do pensamento indutivo.

- Dedução: neste caso, partimos do geral para chegar a uma particularidade.

- Hipótese: usa-se a adoção de uma hipótese porque todas as possíveis consequências podem ser experimentalmente comprovadas.

Cada item deste raciocínio corresponde a um signo:

- Ícone: apresenta analogia com o sujeito do discurso e estabelece uma relação de razão entre o signo e a coisa significada.

- Índice: é um signo que atrai a atenção para o objeto principal sem o descrever e estabelece uma ligação física direta com a coisa significada.

- Símbolo: descrição que significa seu objeto por associação de ideias. A mente associa o signo com o objeto numa relação de evidente generalidade – aparece na forma de nome.

Analisar a imagem fotográfica sob este ponto de vista projetaria outros olhares sobre o documento fotográfico. Segundo Miriam Paula Manini, (2002, p. 77)

Servindo-se da teoria peirceana dos signos, Dubois (1986) propõe uma análise semiótica da fotografia que caminha por essas três concepções: a fotografia como espelho do real (ícone), a fotografia como prova do real (índice) e a fotografia como transformação do real (símbolo).

Nesta perspectiva a fotografia, como espelho do real, se utiliza do discurso da mimese e a coloca numa relação de semelhança com o referente. Na categoria de análise de Dubois, a fotografia é vista como prova de sinal da realidade e atribui a ela a qualidade de ser vestígio, registro da realidade. Ao observarmos uma fotografia primeiramente buscamos a imagem e logo depois seu modo de emissão, sua autoria, etc. Para desenvolver a análise do documento fotográfico é importante considerar o conteúdo, a forma como é expresso e nela deve aparecer as informações contidas no documento, tal como a indicialidade da imagem e dados concretos sobre o referente. Estes dados podem exigir a confirmação através de outros documentos, porém, mesmo assim as informações devem partir exclusivamente da imagem analisada.

Na leitura da imagem ocorrem dois processos: a análise em primeiro lugar, ou seja, uma leitura superficial que constitui a identificação de elementos constitutivos da imagem, o primeiro nível e logo depois a síntese – consiste numa leitura em profundidade e que chamaremos de segundo nível nomeando elementos constitutivos da imagem ou conceitos abstratos que podem ser deduzidos a partir da mesma. Na leitura do profissional que analisa a fotografia o objetivo é tornar o conteúdo acessível e socializar o conhecimento expresso pelo documento.

A leitura do usuário (cientista social, historiador ou antropólogo, entre outros), quando se utiliza da fotografia como ilustração ou objeto de análise, será feita sobre algo previamente interpretado pelo autor, pelo fotógrafo, ou seja, o usuário efetuará a sua leitura de uma imagem que é, por sua vez, a leitura (ou escrita...) que um fotógrafo fez de um dado acontecimento ou pessoa (MANINI, 2002, p. 96).

Para a análise fotográfica consideramos as categorias informacionais “quem”, “onde”, “quando” e, “como ou o quê”. Sendo que: “quem” identifica o objeto focado; “onde”, localiza a imagem no espaço; “quando” localiza no tempo cronológico; “como/o que”, é a descrição da atitude ou detalhes relacionados ao objeto focado. Assim, a partir das análises das imagens podemos elaborar um texto descritivo baseado nesta metodologia. A descrição realizada (a partir da leitura visual do historiador/pesquisador) proporciona uma análise elaborada através dos métodos para que outros pesquisadores façam uso. Estas categorias analíticas foram utilizadas juntamente com outros aspectos técnicos da fotografia. Considerando que as imagens utilizadas neste caso foram aquelas que necessariamente estavam pessoas retratadas no documento.

Como categorias técnicas da análise fotográfica foram consideradas as seguintes: formato; orientação; suporte; cor; gênero fotográfico; linhas, perspectiva; planos fotográficos; linha; sombra; luz, etc. de acordo com a relevância em cada caso⁶. Assim, o formato foi obtido através das medidas das arestas das fotografias com uso da régua. Esta é uma noção técnica que permite descrever a proporção que apresentam os lados da imagem. Todas as fotografias analisadas estão no formato 10X15 cm. A orientação da imagem varia em orientação retrato e/ou orientação paisagem. O gênero fotográfico orienta o observador a identificar o tipo de fotografia e seu uso cotidiano. A mesma imagem pode estar classificada em diversos gêneros fotográficos. No caso desta análise foram adotados três gêneros fotográficos para cada imagem. O plano fotográfico pode ser entendido como o elemento bidimensional limitado por linhas e outros planos e utilizado para limitar e fragmentar o espaço plástico da imagem. A interação entre os planos e a profundidade possibilita a construção da terceira dimensão (profundidade) numa composição visual que é sempre plana. A linha é definida como a sucessão de pontos que transmite energia e gera movimento. Sua função plástica é separar os diferentes planos e atribuir volume aos sujeitos ou objetos dispostos no espaço bidimensional da representação. Outros aspectos também foram

⁶ Disponível em <http://www.analisisfotografia.uji.es/root2/general_por.html> acesso em 20 de fevereiro de 2012.

salientados em algumas imagens, tal como sujeito principal e proporção. Assim, as imagens analisadas apresentam características semelhantes em relação aos temas fotografados, técnicas fotográficas e aspectos técnicos da fotografia. Como as fotografias retratam pessoas também foi considerada a quantidade de sujeitos retratados na imagem. Esta consideração torna-se relevante pelo fato da necessidade de quantificação dos sujeitos negros que estão presentes no ato do retrato. A análise também considera o cenário onde foi realizada a fotografia e localiza os sujeitos negros na composição.

O acervo publicado no livro comemorativo conta com um total de 419 fotografias e destas foram selecionadas trinta fotografias para passar pela análise. Um critério fundamental para a escolha foi a fotografia conter personagens negros na composição. Todas as imagens analisadas foram introduzidas no catálogo virtual e na plataforma multimídia. O estudo permitiu verificar que o negro como membro da instituição militar também posou para as lentes dos fotógrafos. Inserido neste meio social participou de cursos de qualificação profissional, competições de tiro e conquistou espaço avançando na hierarquia militar. As fotografias revelam personagens negros vestindo farda de oficial. Neste estudo a fotografia foi fundamental para revelar, através da visualização, que o negro participou efetivamente da Brigada Militar. O valor da imagem neste sentido é de mostrar visualmente o que em muitos casos o documento escrito deixa passar despercebido dificultando a análise do pesquisador.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILAR

Este capítulo apresenta as imagens selecionadas e suas respectivas análises conforme já proposto. Todas as fotografias foram publicadas originalmente no livro “Comemorativo aos 30 anos da Brigada Militar”. Atualmente este acervo está disponível digitalizado e armazenado em meio eletrônico no Centro Histórico Coronel Pilar. O capítulo também apresenta a proposta de catálogo virtual e a plataforma multimídia elaborada com as informações coletadas na pesquisa. Assim, o capítulo está organizado no primeiro subtítulo com a fotografia e logo abaixo sua respectiva análise e no segundo subtítulo com a descrição da plataforma multimídia.

3.1. Acervo fotográfico e suas respectivas análises



Figura 01 – 1º Batalhão: a 4º companhia no dia em que recebeu para guardar em seu alojamento o busto de Bento Gonçalves, por ter alcançado melhor classificação no tiro coletivo de 1917. Acervo: Centro Histórico Coronel Pillar (CHCP) – SM/RS.

A fotografia possui data de 1917 e está na orientação retrato. Ela está incluída nos gêneros fotográficos da reportagem social, fotografia informativa e/ou fotografia retrato. A imagem original está em formato 10X15 cm, em suporte de papel nas cores preto e branco.

A imagem apresenta duas pessoas guarnecendo o busto do General Bento Gonçalves no alojamento de uma das companhias da Brigada Militar. A Companhia recebeu o busto como homenagem por alcançar a melhor classificação no tiro coletivo de 1917. Os dois militares estão fardados e guarnecem o busto em posição de sentido assegurando o fuzil. O

busto está logo atrás dos militares em cima de um altar montado no local. Eles utilizam o fuzil como armamento do guarda para a guarnição do busto e cumprimento do serviço de guarda. A farda consta de um quepe, dólmã com oito botões, um cinto, calça e botas. O militar à esquerda (da fotografia) que guarnece o busto apresenta a pele escura, ou seja, fenótipo negro. O outro (à direita) apresenta pele clara. O cenário está composto pelo altar, um arranjo com 3 fuzis e instrumentos musicais à frente do altar. O altar está ornamentado com flores e bandeiras na parte mais alta. O cenário constitui o alojamento da 4ª Companhia do 1º Batalhão.

Os militares ocupam o primeiro plano fotográfico juntamente com o altar. O alojamento faz parte do segundo plano e cenário para a composição. A fotografia é composta por linhas retas verticais formadas pelo corpo dos militares e pelas arestas do altar. As linhas oblíquas são formadas pelos fuzis que estão ornamentando o altar e pelas bandeiras ao fundo. Ainda, é possível observar linhas circulares formadas pelos instrumentos musicais e linhas horizontais formadas pelas camas ao fundo. A iluminação é forçada e ao fundo aparecem dois pontos de luz formando um contraste com a parte interna mais escura onde estão os militares. Os personagens principais são os militares que guarnecem o busto.



Figura 2 – comandante geral com os oficiais classificados no torneio de fuzil realizado em maio de 1919. Acervo: CHCP.

O documento possui data de 1919 e está na orientação paisagem. Incluída nos gêneros fotográficos da fotografia retrato ou informativa. A imagem original está no formato 10X15 cm e em suporte de papel fotográfico em preto e branco.

O registro fotográfico foi realizado num gabinete. A legenda da fotografia original afirma que estão posando para a fotografia os seguintes militares: o Comandante Geral e os oficiais classificados no torneio de fuzil. Todos os militares estão em pé e usando fardamento militar. Os militares asseguram o quepe com a mão direita e a espada paralela ao corpo com a mão esquerda. Três militares asseguram o quepe com a mão esquerda juntamente com a espada. Estão posando para a fotografia um número de vinte e quatro pessoas, sendo que desta quantidade, um militar é negro. O militar negro está em pé, assegurando o quepe com a mão e localizado na extremidade esquerda da imagem. Todas as pessoas estão olhando para o fotógrafo no momento da realização do retrato. A fotografia foi realizada no interior de uma sala onde é possível observar ao fundo nas paredes diversos quadros ilustrados com

fotografias e papel de parede. À esquerda é possível identificar uma porta que dá acesso a outras salas do interior do prédio.

Os militares representam o primeiro plano fotográfico. No segundo plano fotográfico está o cenário, ou seja, o gabinete onde foi realizada a fotografia. Os personagens em pé formam linhas verticais que delimitam o primeiro e o segundo plano fotográficos enquanto os quadros da parede formam linhas oblíquas e horizontais.



Figura 03 – Tenente-Coronel Juvêncio Lemos e oficiais do 2º Regimento de Cavalaria por ocasião da sua organização na cidade de Livramento, em 21 de fevereiro de 1913. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 21 de fevereiro de 1913 e na orientação de paisagem. Está incluída nos gêneros fotográficos fotografia retrato. A imagem original está no formato 10X15 cm e em suporte de papel fotográfico em preto e branco.

O retrato foi realizado em uma sala fechada com personagens sentados em cadeiras formando uma linha frontal enquanto alguns estão em pé na parte de trás. Todos os

personagens estão fardados e assegurando o quepe com a mão direita e a espada com a mão esquerda (aqueles militares que estão sentados apoiam o quepe em cima da perna direita). O fardamento consta do quepe, o dólma de oito botões, um cinto, a calça e o coturno. Os militares estão portando espada. No grupo que está em pé, atrás dos militares sentados estão dois militares negros – respectivamente da esquerda para a direita, o quinto e o sexto militar. O cenário da fotografia é um gabinete com as cadeiras utilizadas para a fotografia, um tapete no chão e algumas ornamentações na parede do fundo. Não está nítido se a parede do fundo possui alguma entrada de luz.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos militares sentados. As linhas verticais formadas pelo corpo das pessoas separa o primeiro plano do segundo. O segundo plano é formado pelos militares atrás que também formam linhas verticais que separam o segundo plano do terceiro. O terceiro plano é a parede que fornece o fundo do cenário para a fotografia. Os militares estão alojados muito próximos da parede, limitando desta forma uma percepção de profundidade da imagem.



Figura 4 - Hospital - Comandante da Brigada, comandantes de unidades, oficiais instrutores e médicos, após a entrega dos certificados aos enfermeiros que completaram o curso. Acervo: CHCP.

Este documento não traz informações sobre a data, somente sobre o local. Ela está na orientação de paisagem e incluída nos gêneros fotográficos retrato e/ou fotografia informativa. A imagem original está no formato 10X15 cm e impresso em papel nas cores preto e branco.

O cenário, apesar de pobre de informações, indica que a fotografia foi realizada num ambiente fechado. Os personagens estão formando uma linha de pessoas sentadas à frente e outra linha de pessoas sentadas ao fundo. Não são todos os personagens que estão usando farda da Brigada Militar. Seis pessoas usam terno e gravata enquanto os demais estão fardados. A farda consta de um quepe, o dólmã, o cinto, a calça e botas. Ninguém está usando armamentos. Na ocasião estão presentes vinte e uma pessoas. Deste total, três pessoas são negros. Respectivamente os personagens negros são o primeiro, o segundo e o oitavo militar ao fundo da direita para a esquerda. O primeiro militar negro não está olhando diretamente para o fotógrafo, enquanto todos os outros personagens olham na direção do retratista. A fotografia foi realizada nas dependências do hospital da Brigada Militar e o ambiente não traz muitas informações além das duas janelas com grade ao fundo formando o cenário junto com a parede.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos personagens sentados à frente. O segundo plano fotográfico é formado pelo grupo em pé e o terceiro plano fotográfico pela parede que figura como cenário. As linhas verticais formadas pelo corpo dos personagens distinguem os planos fotográficos. Não é nítida a incidência de luz no ambiente.



Figura 5 - 2º Regimento – escola regimental. Acervo: CHCP.

A imagem traz data de 1922 e consta de um registro com orientação em paisagem e está incluída nos gêneros fotográficos retrato e/ou fotografia informativa. Originalmente ela está no formato 10X15 cm e impresso em papel na cor preto e branco.

A fotografia representa uma instrução onde um militar está palestrando sentado à frente dos alunos ouvintes. O militar sentado à mesa da frente olha para a parede onde está instalado um quadro a sua frente. Outro militar, ao lado, em pé, ajuda o palestrante nas suas atividades e no momento do retrato também está olhando para o quadro. Os alunos mais ao fundo, olham para o quadro e prestam atenção no palestrante. Na ocasião estão presentes aproximadamente trinta pessoas. Destes, o militar que está em pé e mais um número aproximado de oito militares sentados assistindo a palestra são negros. Todos os personagens usam farda da Brigada Militar e todos estão sem o quepe. O fardamento consta do quepe (alojado no cabide), o dólma, cinto, calça e botas. Aparentemente, nenhum militar está utilizando armamento. O cenário é a sala de instrução mobiliada com mesas, cadeiras, cabide e quadro de instrução. Na parede, ao lado esquerdo da fotografia parece estar pendurado um

mapa. Ao fundo é possível ver a janela que dá acesso à luz incidente do exterior para o interior da peça, enquanto o fotógrafo está posicionado nas proximidades da porta.

O retrato apresenta como primeiro plano fotográfico o militar sentado à frente do grupo ministrando a instrução ao grupo. No segundo plano fotográfico estão os militares sentados assistindo a palestra e ao fundo, o cenário da parede e janelas representa o terceiro plano fotográfico. As janelas do fundo permitem a entrada da luz formando um contraste com a luz interna da sala.



Figura 6 – grupo de oficiais no stand da linha de tiro. Acervo: CHCP.

A fotografia tem data de 1922, e consta de um registro com orientação em paisagem e incluída nos gêneros retrato e/ou fotografia informativa. O formato é no tamanho 10X15 cm, impresso em papel e nas cores preto e branco.

No quadro fotográfico estão os generais Cipriano da Costa Ferreira e Alexandre Henrique Vieira Leal, Coronel Lelong da Missão Militar Francesa, Coronel Massot,

comandante geral, e outros oficiais no *stand* da Linha de Tiro no dia 06 de fevereiro de 1922. Os militares estão posando para a fotografia em pé, fardados e segurando a espada com a mão esquerda. O uniforme consta de um quepe, o dólma, calça, botas e cinta. Todos os personagens estão olhando para o fotógrafo naquele momento. O documento registra a visita dos comandantes, generais e militares estrangeiros ao *stand* de tiro da Brigada Militar. No lado direito da fotografia está um militar (primeiro da direita para a esquerda) negro segurando a espada. O militar negro está acompanhado com mais dois militares também negros ao seu lado direito. À esquerda da fotografia, ao fundo, também tem mais dois sujeitos negros. Ao centro e ao fundo do grupo, atrás do militar vestido de branco também aparecem dois personagens negros. Desta forma, não é possível identificar com nitidez a quantidade de pessoas que aparecem na fotografia, mas podemos observar sete pessoas com fenótipo negro posando para o fotógrafo. A cena foi realizada nas dependências do *stand* de tiro, próximo ao alpendre de uma edificação. Ao fundo observa-se a vista da paisagem da época composta por árvores a alguns metros do local da fotografia, além de uma montanha mais ao fundo. A vista da paisagem atribui uma perspectiva de profundidade para a fotografia.

No primeiro plano fotográfico está o grupo de pessoas posando para o fotógrafo e no segundo plano fotográfico está a paisagem natural formada pelas cadeias de montanhas. A luminosidade é natural. É possível perceber que as pessoas estão na sombra projetada pelo sol que está numa altura média.

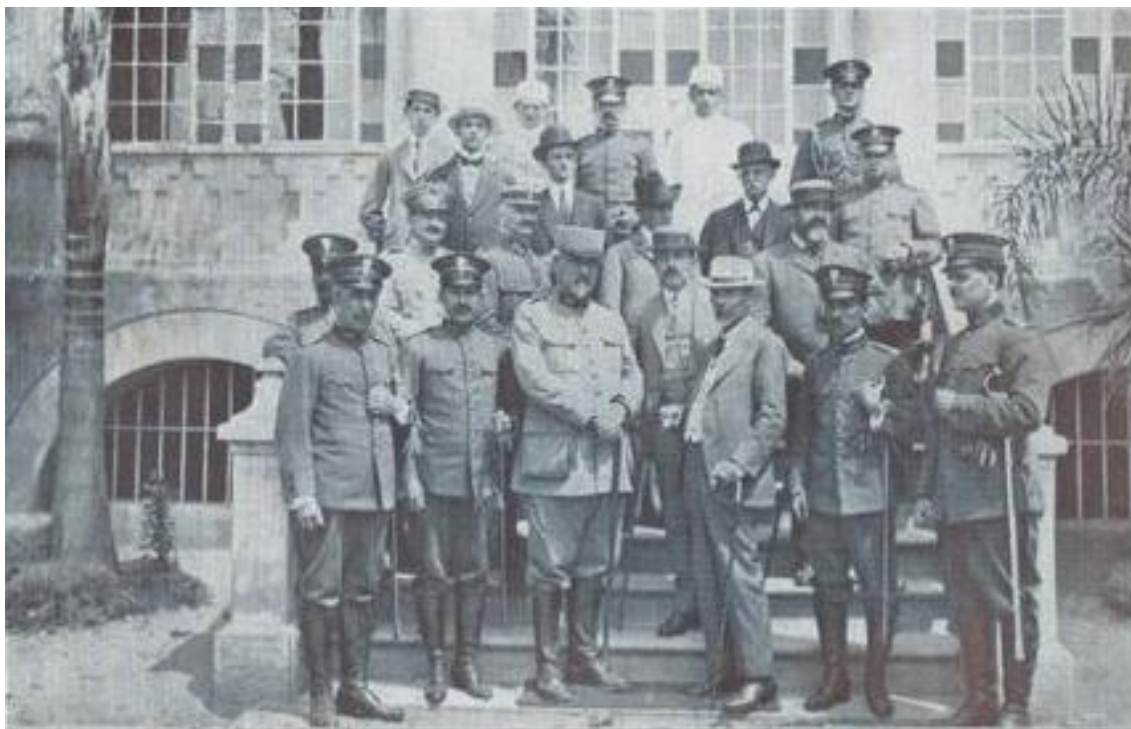


Figura 7 – Hospital – visita do professor Georges Dumas e o Comandante de la Horie, acompanhados do Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior – 1917. Acervo: CHCP.

A fotografia está datada de 1917. O registro tem orientação em paisagem e formato de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branco. Está enquadrada no gênero fotográfico retrato e/ou fotografia informativa.

O retrato foi feito durante a visita do professor Georges Dumas e o Comandante de *La Horie*, acompanhados do Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior ao Hospital da Brigada Militar. A fotografia foi realizada em uma escadaria no Hospital da Brigada Militar em Porto Alegre. Os personagens estão posicionados em pé ao longo das escadas e olhando para o fotógrafo. Os personagens da primeira linha estão assegurando a espada com a mão esquerda. Nem todas as pessoas que estão presentes na fotografia estão usando farda da Brigada Militar. Pelo menos sete pessoas estão usando terno e gravata. Dois sujeitos estão vestindo roupa branca, que provavelmente era um uniforme utilizado no hospital e o restante (onze pessoas) estão usando a farda. A farda consta de um quepe, o dólmã, a calça, cinta e botas. Dentre os personagens fardados de brigadiano, está, à esquerda, no início da segunda linha de baixo para cima, um homem com características

fenotípicas do negro. Na linha da frente também está um homem de terno e gravata com características negras. A paisagem consta da escadaria do Hospital em Porto Alegre e ao fundo (subindo a escada) está a parede de abertura de uma parte da edificação. Observam-se também as janelas com vidros coloridos e abaixo (linha do solo) janelas semicirculares com grade de ferro e aparecem na imagem folhas de plantas que ornamentam o jardim.

A parede não permite uma perspectiva de profundidade. Desta forma, o primeiro plano fotográfico está representado pelos homens posando para a fotografia e o segundo plano representado pela parede do hospital. A luz é natural e aparece uma pequena sombra projetada pelo sol no chão.



Figura 8 – General Gamelin, Chefe da Missão Militar Francesa, em companhia do General Ildefonso Pires de Moraes Castro, em visita ao Hospital – 1920. Acervo: CHCP.

A imagem tem data de 1920. O registro em orientação em paisagem, enquadra-se no gênero fotográfico de fotografia de retrato e/ou fotografia informativa. O tamanho original é 10X15 cm e está impresso em papel nas cores preto e branco.

A fotografia foi realizada durante a visita do General francês juntamente com generais da Brigada Militar ao hospital da Brigada Militar. O quadro registra um grupo de pessoas posando para o fotógrafo ao longo de uma escadaria nas dependências do hospital da Brigada Militar em Porto Alegre. Os personagens estão em pé e olhando para a câmera fotográfica. Os militares que estão na linha da frente asseguram suas espadas com a mão esquerda. Um militar e parece estar usando luvas pretas (à direita da imagem). Duas pessoas estão usando roupa civil, enquanto os demais estão fardados com uniforme militar. Todas as pessoas estão usando o quepe ou o chapéu. Ao fundo, à direita, estão três militares negros. Na penúltima coluna há mais dois militares (da esquerda para a direita) com fenótipo negro. Na terceira linha, o segundo e o quarto militar (esquerda para a direita) são negros e na quarta linha o segundo e o terceiro militar da esquerda para a direita são negros. Desta forma, estão presentes na imagem um total de nove militares negros. A cena foi realizada ao ar livre, ao longo das escadarias de uma das portas do hospital da Brigada Militar em Porto Alegre. Ao fundo existe uma porta e janelas abertas. Nas laterais da escada existem plantas no jardim. A sombra projetada no chão indica que o sol estava a uma altura média. Isso também indica que a fotografia pode ter sido realizada logo no início da manhã ou mais para o final da tarde. A luz é natural do sol.

No primeiro plano fotográfico, observam-se os militares posando para o fotógrafo e no segundo plano fotográfico está o cenário formado pelas paredes da edificação ao fundo. O interior do prédio não é possível ser visualizado por falta de luminosidade. Desta forma, a profundidade da imagem se limita a distância da parede.

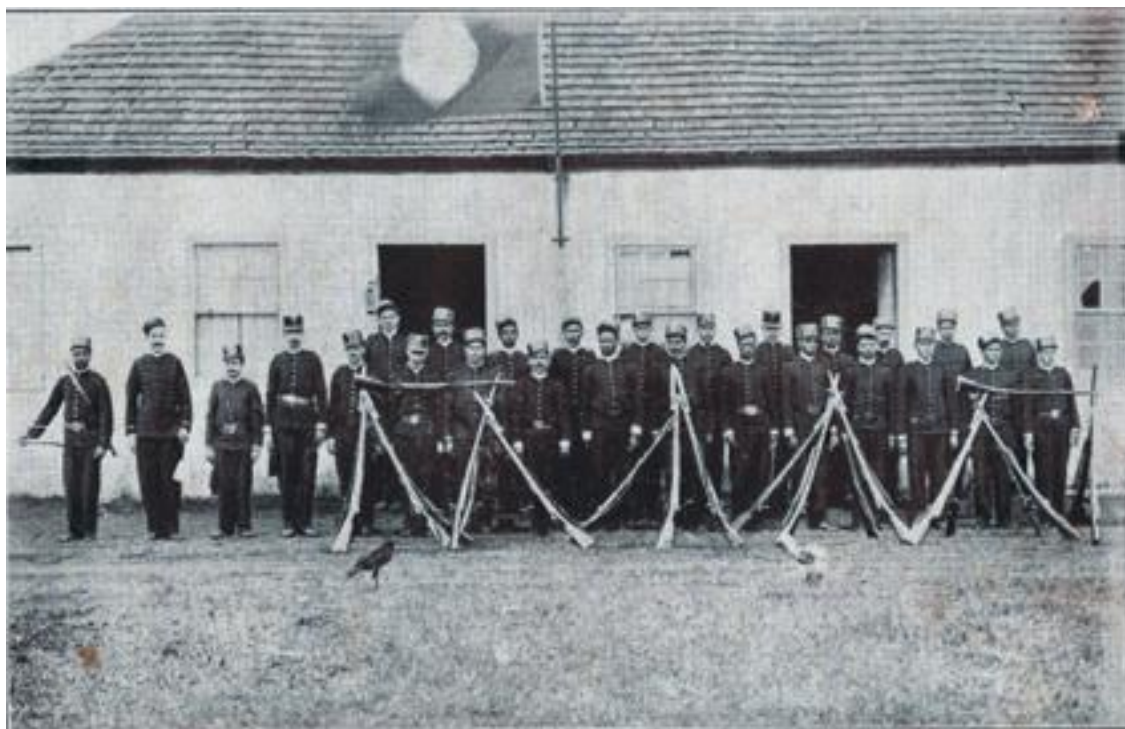


Figura 9 - Destacamento do 1º Batalhão da Palmeira – 1904. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1904. Está em orientação de paisagem e enquadrada no gênero fotográfico fotografia de retrato e/ou informativa. O tamanho original é 10X15 cm e está impressa em papel nas cores preto e branco.

O quadro fotográfico foi realizado com um destacamento do 1º Batalhão da Palmeira. Os militares estão olhando para o fotógrafo no momento do registro fotográfico. Todos estão em pé e em forma organizados em duas linhas, ou seja, uma linha à frente e uma linha atrás. Os militares estão fardados usando um boné, o dólmã, calça, cinta e coturno. O militar à esquerda da fotografia está portando armas, enquanto os outros estão de mãos livres e aparentemente desarmados. À frente da tropa estão colocadas as armas organizadamente uma escorando a outra em pé formando linhas que lembram uma pirâmide. O rosto das pessoas fotografadas demonstra que é um Destacamento com militares, em sua maioria, jovens. Na fotografia estão representados vinte e sete militares. Destes, da esquerda para a direita, o primeiro soldado é negro. De fisionomia muito jovem, ele segura um objeto com a mão direita e está com o fuzil cruzado às costas. Este soldado está na linha da frente e junto nesta mesma linha o nono, o décimo o décimo primeiro e o décimo segundo militares são negros. Ao

fundo, o terceiro, o quarto, o oitavo, o décimo e o décimo primeiro soldados também são negros. O cenário não traz muitas informações. O retrato foi realizado em frente a uma edificação ao ar livre. A bandeira do Brasil hasteada e tremulando, juntamente com características arquitetônicas indicam que a edificação faz parte das dependências da Brigada Militar. O grupo posicionou-se em uma área plana e sem grama (ou chão batido) para a realização da fotografia.

Assim, o primeiro plano fotográfico está indicado pelos militares em forma e o segundo plano fotográfico pela parede da edificação. A fotografia não tem uma profundidade longa por haver ao fundo uma parede. A luz é natural, sem indícios de luz artificial. Nota-se a bandeira tremulando hasteada na altura do telhado.



Figura 10 - praças que receberam diploma de picador em 1920. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 1920. Em orientação de paisagem e no formato original de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branca. A imagem está inserida no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou informativa.

Na foto estão sete militares em pé posando para o fotógrafo. O retrato foi realizado para registrar a entrega dos diplomas de picador. Todos estão em pé e olhando para o fotógrafo. Os praças estão fardados usando quepe, o dólma, calça, cinta, botas de cano longo e espada. Todos estão em uma única linha e em posição de sentido assegurando a espada rente ao corpo com a mão esquerda. Da esquerda para a direita, os três primeiros militares são negros, seguidos do sexto e do sétimo militares. A fotografia foi realizada a céu aberto, nas dependências da Brigada Militar (pátio) próximo a algumas árvores. Ao fundo existem outras tropas em forma, porém, no momento não serão alvo de análise.

A imagem revela em primeiro plano fotográfico os militares em forma na posição de sentido. No segundo plano fotográfico está a tropa visualizada ao fundo e parte da parede de uma edificação. A profundidade não é longa e apenas alcança os limites da parede ao fundo. É possível ver uma sombra fraca projetada no chão pela luz solar.



Figura 11 - Estado-Maior do 1º Batalhão em manobras, na vila de Belém - 1909. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 1909. Em orientação de paisagem, está no formato original de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branca. A imagem está inserida no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou informativa.

Na cena estão seis pessoas, das quais, duas estão sentadas, uma no chão e outra numa caixa. Os outros personagens posam em pé ao fotógrafo. No momento do retrato dois estão olhando diretamente para a câmera enquanto os outros olham para o lado. A fotografia foi realizada durante a visita do Estado-Maior ao campo de manobras. Os militares estão usando farda e com que consta de boné, dólmã, calça, botas e cinta. Um dos militares parece ser porta-bandeira. O militar na segunda linha, e em segundo lugar da esquerda para a direita é negro. Ele está assegurando um objeto semelhante a uma bengala com a mão direita. Ainda, na parte esquerda da imagem aparece parcialmente uma pessoa, esta informação não é suficiente para se fazer uma análise. A cena foi composta em algum acampamento, em frente a uma barraca. A barraca é em forma de tenda de duas águas e possivelmente na cor branca. No cenário aparece ainda a bandeira do Brasil, um chapéu em cima de um toco e ao fundo as árvores.

O primeiro plano fotográfico está composto pelos personagens enquanto o segundo plano está a barraca logo atrás dos personagens. Ao fundo a vegetação forma um terceiro plano fotográfico e o cenário onde foi realizada a fotografia. O corpo dos militares formam linhas verticais que separam o primeiro do segundo plano fotográfico. No segundo plano existem linhas oblíquas formadas pelas paredes da barraca. O cenário do terceiro plano fotográfico dá uma noção de perspectiva e profundidade alimentado pela sombra do sol formada pela clareira das árvores.



Figura 12 - manobras de 1913: comandante e oficiais do 1º batalhão. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1913. Em orientação de paisagem, está no formato original de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branco. A imagem está inserida no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou informativa.

Na cena está um grupo de pessoas posando para o fotógrafo na ocasião de uma visita ao campo de manobras. As pessoas estão em uma fileira sentadas à frente e atrás está outra fileira de pessoas em pé. O grupo está olhando para a câmera no momento do retrato. Na linha da frente estão sentados em cadeiras seis pessoas e na linha atrás, em pé, estão mais dez pessoas. Os militares sentados asseguram a espada com a mão esquerda enquanto os militares ao fundo estão com as mãos livres. As pessoas estão fardadas com uniforme da Brigada Militar e usam um gorro. Na linha à frente, sentado, o quinto personagem da esquerda para a direita apresenta características negras e na linha em pé, o primeiro personagem da esquerda para a direita é negro. A composição foi realizada ao ar livre em meio a um gramado (campo) onde estão alojadas as cadeiras para sua realização. Ao fundo é possível observar parte do acampamento, como uma barraca armada e uns galhos de alguma árvore na sequência da

paisagem. À direita, ao fundo há outra pessoa observando o momento da realização da fotografia. No entanto, não é possível identificá-la, quanto a suas características fenotípicas.

No primeiro plano fotográfico estão os militares sentados à frente formando uma linha em destaque. Logo atrás, um segundo plano com os militares em pé. Ao fundo, observa-se um terceiro plano fotográfico formado pelas barracas do acampamento e paisagem natural (árvores) caracterizando o local como uma área aberta na proximidade de alguma mata. As linhas são formadas pela silhueta do corpo dos militares do primeiro plano e do segundo plano fotográfico. Estas linhas são verticais e separam o primeiro e o segundo plano do terceiro plano fotográfico formando um cenário com profundidade. Observa-se ao fundo a luminosidade inserida pelo sol.



Figura 13 - visita ao acampamento em Gravatay em 6 de dezembro de 1913. Manobras de 1913: Dr. Octavio Rocha, Secretário da Fazenda e amigos em visita ao acampamento. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1913. Em orientação de paisagem, está no formato original de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branca. A imagem está inserida no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou informativa.

A composição ocorreu embaixo de algumas árvores que formam uma sombra. Os personagens estão sentados numa linha à frente e em pé numa linha atrás. O grupo está composto pelo Dr. Octávio Rocha, Secretário da Fazenda e outros amigos em visita ao campo de manobras. Na primeira linha estão dez pessoas sentadas em cadeiras a frente do grupo e na segunda linha, em pé, atrás estão mais 21 pessoas. Observa-se a presença de uma criança no grupo fotografado (lado direito da imagem). Todos os adultos estão usando chapéu ou quepe. Os militares estão assegurando a espada com a mão esquerda e sentados à frente do grupo. A maioria das pessoas está olhando em direção ao fotógrafo no momento do retrato. O grupo fotografado consta de trinta e duas pessoas. Dentre estes, sete pessoas são negros. Assim, o penúltimo militar sentado à frente, da esquerda para a direita é negro; em pé, da esquerda para a direita, respectivamente, o terceiro, o quarto, o oitavo, o nono, o décimo e o décimo sétimo militar são negros também. Alguns personagens não estão usando fardamento militar. O retrato foi realizado ao ar livre, debaixo da sombra de algumas árvores. O cenário consta de uma linha de cadeiras e bancos onde algumas pessoas ficaram sentadas durante o momento da pose. O chão está coberto com gramas e parece ser plano. Ao fundo, observam-se as árvores formando o cenário.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos personagens sentados, olhando para o fotógrafo enquanto aguardam a realização da fotografia. No segundo plano fotográfico estão os sujeitos em pé aguardando a realização da fotografia. No terceiro plano está a paisagem ao fundo representada através de árvores e um pequeno grupo de pessoas que aparecem na imagem. As linhas estão representadas pelas linhas retas formadas pelo corpo dos sujeitos. Também, existem as linhas formadas pelas espadas que chamam atenção. Também, observam-se as linhas oblíquas formadas pelos galhos das árvores. A luz é natural do dia e penetra em meio às folhas das árvores formando “olhos de luz” que penetram até o chão. O fotógrafo usou-se deste recurso para aproveitar a luz natural do sol e realizar a fotografia. Os sujeitos estão bem distribuídos pelo espaço da fotografia e ocupam um lugar de destaque no grupo fotografado.



Figura 14 - manobras de 1913 – Coronel Cypriano, comandante geral e seu Estado-Maior. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1913. Em orientação de paisagem, está no formato original de 10X15 cm e impressa em papel nas cores preto e branco. A imagem está inserida no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou informativa.

O retrato foi realizado embaixo de algumas árvores durante as visitas às manobras em 1913. No retrato está o Coronel Cypriano e o Estado-Maior. Todos os personagens estão em pé posando para a fotografia. Os personagens estão voltados para o centro do grupo como se estivessem dialogando durante a pose. Todos estão usando uniforme militar da Brigada Militar e asseguram suas espadas com a mão esquerda, próxima ao corpo. A farda consta de um quepe, dólmã, calça, cinta, botas e espada. Da esquerda para a direita é possível identificar os soldados negros, na seguinte sequência: o quarto militar (ao fundo), o nono militar, o décimo (mais ao fundo) e o décimo quarto militar. Todos estão usando o fardamento e com boné. Provavelmente no momento da fotografia o comando da Brigada Militar estava em visita ao acampamento e às manobras realizadas pela instituição. A fotografia foi realizada ao ar livre, embaixo de uma sombra de uma árvore. O chão está coberto com gramas e por meio

da copa das árvores penetram raios de luz do dia. À esquerda está uma parte de algum objeto parecido com uma carroça.

O primeiro plano fotográfico está limitado pelos militares em pé posando para o retrato. No segundo plano está o cenário representado pelas árvores ao fundo. As linhas retas formadas pelos personagens em pé e pelas espadas seguradas com a mão esquerda são verticais e distinguem o primeiro do segundo plano fotográfico. As árvores formam linhas diversas ao fundo do cenário. A luz é natural do dia.



Figura 15 - 2º Batalhão – embarque de uma companhia – 1922. Acervo: CHCP.

A fotografia está datada de 1922. Consta de um registro com orientação em paisagem, no formato 10X15 cm, impresso em papel preto e branco. Enquadra-se no gênero fotográfico retrato, reportagem social.

O quadro registra uma companhia em forma marchando para o embarque com destino a sua nova sede. À frente está a fanfarra com três músicos, seguido de mais dois militares que

parecem estar portando instrumentos musicais. Os militares estão fardados, portando mochila e em forma. Outras pessoas estão observando a tropa em marcha. Os músicos da linha de frente são negros, bem como o segundo militar que está portando instrumentos musicais logo na segunda linha de formação. O cenário é ao ar livre e em via pública. Ao fundo estão algumas árvores e postes de luz e para a esquerda observa-se a paisagem montanhosa ao fundo e um carro estacionado ao lado da tropa.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos militares em marcha no primeiro grupo, seguido do segundo grupo que compõe o segundo plano fotográfico. O terceiro plano fotográfico está representado pelo cenário ao fundo. A imagem apresenta uma profundidade grande, pois é possível observar toda a tropa em forma e ainda parte da paisagem natural.



Figura 16 - Inferiores da secção de Amanuenses da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, no Acampamento de Manobras em Gravataí. Em 6/12/1913. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 6 de dezembro de 1913. O retrato está em orientação paisagem, impresso em papel preto e branco no formato 10X15 cm. Está enquadrada no gênero fotográfico da fotografia retrato e/ou fotografia informativa.

O registro foi realizado num acampamento onde está um grupo de pessoas, alguns em pé, outros sentados, posando para o fotógrafo de forma bem descontraída. Na imagem estão presentes treze pessoas. Destas, somente não possui a pele negra o militar que está deitado no chão ao centro, o segundo e o terceiro da esquerda para a direita. Os militares estão fardados com uniforme da Brigada Militar e realizam atividades do cotidiano, como anotações. Alguns militares estão sentados diante de mesas que parecem ser improvisadas com caixotes. Outros militares estão dialogando com os personagens que estão anotando. Os militares usam um uniforme composto pelo gorro, dólmã, calça, coturno e cinta. O cenário da fotografia foi a céu aberto, em meio à mata e conforme indicado na legenda da fotografia nas proximidades de Gravataí/RS. O acampamento possuía duas barracas brancas, duas caixas utilizadas como mesa, uma mesa com objetos em cima e um militar sentado utilizando uma mesinha. Alguns militares estão realizando tarefas enquanto outros observam o fotógrafo em seu trabalho.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos militares à frente realizando suas tarefas. As linhas verticais formadas pelo corpo dos personagens delimita o primeiro plano do segundo plano. Assim, o segundo plano fotográfico está representado pelas barracas logo atrás formando linhas oblíquas e o terceiro plano ao fundo consta do cenário de fundo para a fotografia representado pelas árvores.



Figura 17 - Leitura do detalhe na 3ª Companhia do 3º Batalhão. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1905. O registro está com orientação em paisagem e formato de 10X15 cm impresso em preto e branco. Pertence ao gênero fotográfico fotografia retrato e/ou fotografia informativa.

A imagem registra um grupo de pessoas dentro de um recinto fechado (provavelmente um alojamento ou oficina) onde um militar está lendo um documento para um grupo que está em forma e em posição de sentido ouvindo a leitura. Está presente na imagem um número de vinte e duas pessoas, todos em pé. Dentre os quais seis indivíduos são negros. No grupo que está em forma, na linha da frente, da esquerda para a direita, o quinto soldado é negro. Na linha atrás, o primeiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo soldados são negros. O grupo maior é formado por dezenove pessoas em forma, na posição de sentido. Ao lado direito do militar lendo o documento estão mais dois militares em forma e em posição de sentido. Todos os personagens estão fardados com uniforme da Brigada Militar. A farda consta de um gorro, dólmã, calça, coturno e cinto. O militar que está lendo o documento parece portar uma baioneta na cintura. A fotografia foi realizada dentro de um ambiente fechado que compõe seu cenário. Encostado na parede, ao fundo, observam-se cinco fuzis no cabide de fuzis, alguns

instrumentos musicais e um conjunto de três pias e um espelho na parede próximo às janelas. Também estão representados na cena uma parte de uma mesa e um banco.

O primeiro plano fotográfico consta de um militar realizando a leitura junto com os outros em forma. No segundo plano podemos observar as paredes do recinto e alguns objetos escorados na parede. O terceiro plano é a fonte de luz vinda de uma janela formando um contraste. Predominam as linhas retas dos militares em pé e em posição de sentido. A fonte de iluminação são as janelas que permitem a entrada de luz. Também, ocorre um contraste com a luz que entra na janela que aparece na fotografia. Este contraste ofusca parcialmente o rosto de alguns militares, mas não compromete a visualização da fotografia. Os personagens estão concentrados à esquerda, causando um desequilíbrio entre os militares em forma, os dois militares ao fundo, também em forma e o militar lendo o documento.



Figura 18 - 2º Batalhão: alojamento de uma companhia – 1918. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1918. Consta de um registro com orientação em paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel preto em branco. A imagem está incluída no gênero fotográfico fotografia retrato e/ou fotografia informativa.

O retrato foi realizado dentro de um alojamento e registra os militares no cotidiano do quartel. Na imagem está presente um número aproximado de 25 pessoas. Todos os militares estão em pé, mas não estão olhando diretamente para o fotógrafo. Os militares estão fardados usando um gorro ou um quepe, dólmã, calça, cinto e coturnos. Alguns militares estão segurando o fuzil. No entanto, a imagem não possibilita uma análise mais precisa devido às limitações técnicas da época. Ao lado direito da imagem está um militar ao fundo da sala, próximo à parede, com características fenotípicas negras. Ele está segurando um fuzil enquanto observa os outros militares no alojamento. O alojamento possui algumas camas, baús, um quadro de instruções e ao fundo tem uma escada escorada na parede.

Nesta fotografia observa-se que o primeiro plano fotográfico está composto pelos personagens em pé e o segundo plano fotográfico está representado pelos móveis logo ao fundo. As linhas verticais formadas pelo corpo dos personagens delimitam o primeiro do segundo plano fotográfico.

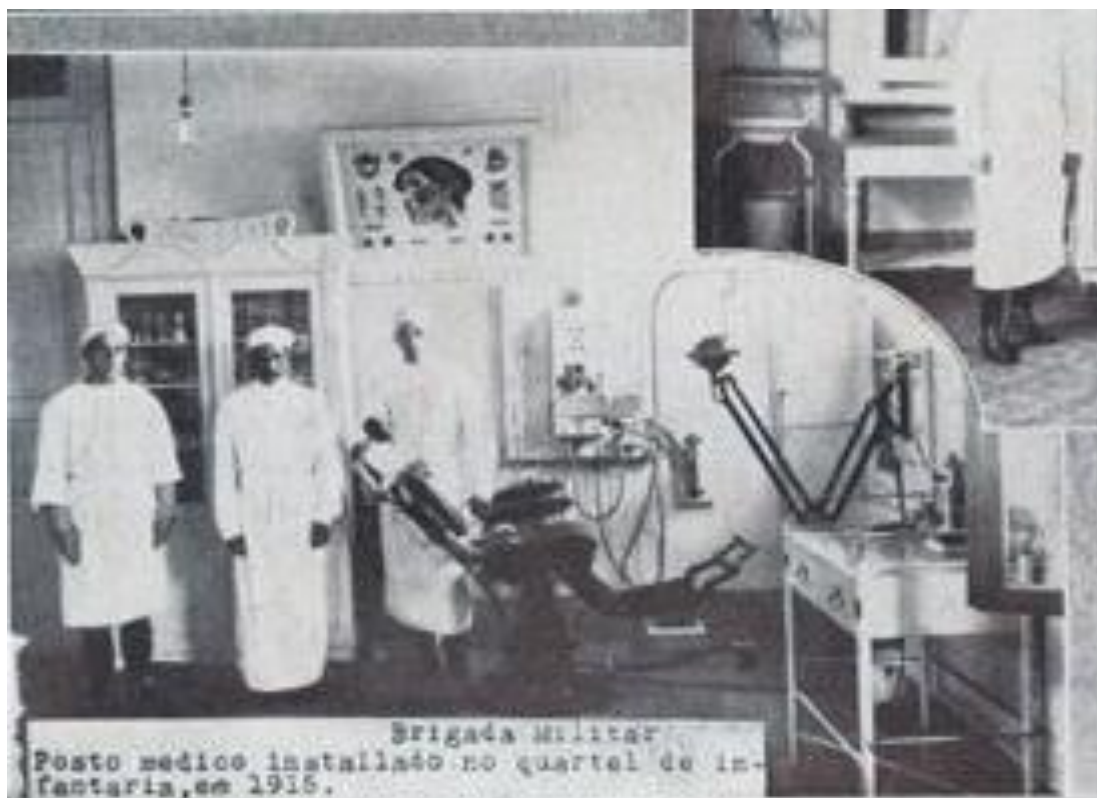


Figura 19 - posto médico – 1920. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1920. Consta de um registro com orientação em paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel e nas cores preto e branco. A fotografia está incluída no gênero fotográfico fotografia retrato e/ou fotografia informativa.

O quadro registra um grupo de militares dentro de um consultório dentário. O consultório provavelmente ficava no hospital da Brigada Militar. Os três militares estão posando em pé e usam um uniforme branco (jaleco) e toca branca. Os militares olham diretamente para o fotógrafo no momento do retrato. O militar ao centro apresenta características fenotípicas de negro. O consultório possui uma cadeira de dentista, um gaveteiro/mesa e alguns aparelhos de saúde. Também possui um armário onde são guardados remédios e outros instrumentos pequenos. Na parede, próximo ao teto tem um quadro com uma imagem de anatomia.



Figura 20 - Manobras de 1913 (2ª fotografia) Distribuição de refeição às praças. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1913. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

A imagem representa um grupo de militares recebendo a refeição em pé ao lado de uma edificação que sugere ser o refeitório/cozinha. Na imagem, um militar está servindo o outro enquanto são observados pelos outros militares que estão presentes naquele momento. O militar que está sendo servido está estendendo um recipiente (prato/caneca) para ser servido. Todos os militares estão usando a farda que consta de um gorro, dólmã, calça, cinto e coturno. O militar que está recebendo o alimento utiliza uma bota de cano longo. Observa-se que o militar de lado (lado direito da fotografia) que está olhando em direção aos homens servindo o alimento é negro. A fotografia foi realizada ao lado de uma edificação e mostra uma panela colocada no chão de onde é retirado o alimento. É possível identificar uma porta ao fundo e a parede.

O primeiro plano fotográfico está o militar servindo a refeição a outro militar enquanto um grupo de mais três militares observa próximo. No segundo plano, outros militares aguardam o momento de serem servidos. No terceiro plano estão as paredes de uma edificação que provavelmente era o local onde eram produzidas as refeições. O sujeito principal desta imagem é o que serve o alimento e o que está sendo servido. A ação é realizada pelo militar que serve a refeição. As linhas oblíquas formadas pelos braços dos militares servindo a refeição. Estas linhas induzem o observador a focar a visão no ato de servir o alimento ao próximo. As linhas retas formadas pelos pés direito da edificação. A luz é natural e forma sombras projetadas no chão indicando que a fotografia pode ter sido realizada pelo turno da manhã ou à tardinha.



Figura 21 - 1º Batalhão acampado para exercícios: distribuição de rações, Acervo: CHCP.

A fotografia não traz data. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

O documento registra a distribuição de alimentos às praças durante a realização de manobras em um acampamento. Na ocasião está presente um número de aproximadamente 30 pessoas. Os personagens estão em pé e aguardando o recebimento do alimento. Os militares estão fardados, usando boné ou quepe, dólmã, calça, botas e cinta. A cena está caracterizada pela espontaneidade do grupo e representada pelas atividades cotidianas. No momento da fotografia, um militar está servindo a ração a outro militar enquanto o restante das pessoas aguarda a vez para servir-se. Enquanto isso, os personagens permanecem no local, alguns observam o fotógrafo, outros observam o cozinheiro servindo o alimento. No lado direito da fotografia observa-se o militar (mais próximo do fotógrafo) com características fenotípicas negra. No cenário estão três panelas que são usadas para colocar o alimento. A cena foi registrada em meio às árvores em um terreno com uma leve inclinação e no chão existem alguns vegetais.



Figura 22 - 2º Regimento – cozinha – 1922. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1922. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa.

A imagem foi realizada na cozinha do 2º Regimento e registra duas pessoas posando para o fotógrafo. Os militares estão em pé, encostados na parede e olhando para o fotógrafo. À frente deles está o fogão e alguns utensílios da cozinha (panela, bule). Os sujeitos estão usando uniforme militar e um avental branco. O militar da direita tem a pele negra. Ao fundo é possível observar o refeitório com cadeiras e mesas.



Figura 23 - grupo de metralhadoras – exercício de 1918. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1918. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

O documento mostra um grupo de metralhadoras ajustando as metralhadoras para a realização dos exercícios no stand de tiro. A fotografia está composta por dois grupos principais que estão operando as metralhadoras. Os militares estão colocando o equipamento em posição de tiro para realizar o treinamento. Assim, cada grupo organiza seu instrumento em coletividade. Logo atrás estão três cavalos encilhados. Todas as pessoas estão em pé. O grupo da esquerda está em forma, o que indica que provavelmente já instalaram o equipamento e estão prontos para iniciar o treinamento. Assim, observa-se neste grupo um militar comandando a tropa. O grupo da direita ainda está ajustando a metralhadora ao comando de um militar afastado mais para o canto direito da imagem. Além da metralhadora, os militares ainda portam o fuzil. O militar ao lado do grupo da esquerda (da fotografia) tem a pele negra. Também, um dos militares junto ao grupo da direita (da fotografia) e o comandante do grupo da direita também são negros. O cenário é um campo aberto, com o solo coberto pelo pasto. Provavelmente um stand de treinamento de tiro. Ao fundo observam-se 5 galpões. O terreno onde estão localizadas as metralhadoras é inclinado e ao fundo observam-se cadeias de montanhas.

No primeiro plano fotográfico estão os dois grupos armando as metralhadoras. No segundo plano, estão os militares atrás das metralhadoras. No terceiro plano fotográfico estão os galpões que compõem a infraestrutura local e ainda, um quarto plano formado pela paisagem natural do local.



Figura 24 - Grupo de Metralhadoras – Seccção de metralhadoras executando trabalhos de instruccção, em presença do General Bento Ribeiro, Chefe do Estado Maior do Exército, por ocasião da sua visita de inspeção em 1918. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1918. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa. A imagem representa um grupo de metralhadoras executando o tiro em um stand.

O grupo está composto por cinco militares operando a metralhadora. Todos os militares usam farda da Brigada Militar composta por um quepe, dólmã, calça, cinto e botas cano longo, além do fuzil e a baioneta. Os militares das linhas de trás estão agachados com um dos joelhos encostados no chão enquanto o militar à frente opera a metralhadora. Os dois militares que estão posando do lado direito são negros. Eles estão participando da ação e observam o exercício. Todos estão olhando em direção para onde está apontando a

metralhadora. O cenário consta de um campo com grama baixa e ao fundo uma cerca e árvores. O local é um stand de tiro da Brigada Militar.

No primeiro plano fotográfico estão os militares operando a metralhadora e no segundo plano está a cerca que faz o cenário juntamente com as árvores. A luz é natural do dia.

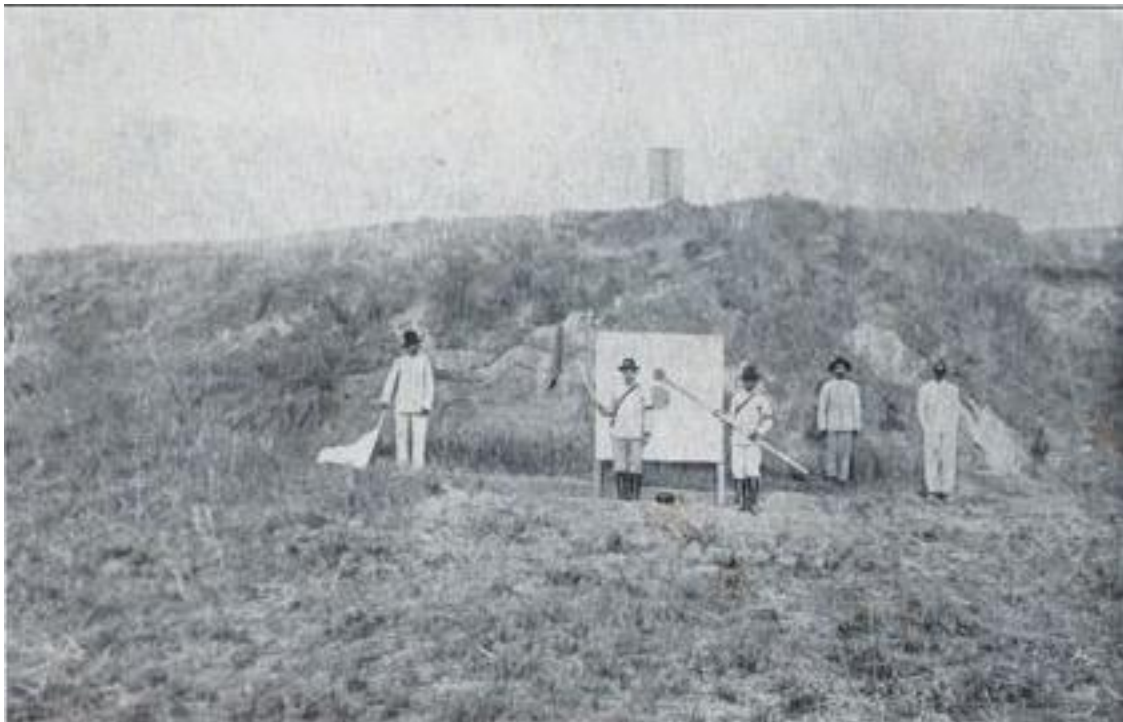


Figura 25 - 1º Regimento – exercícios de tiro ao alvo na vila do Rosário – 1916. Acervo: CHCP.

A fotografia está datada de 1916. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa.

O retrato mostra os militares à frente do alvo preparando para o exercício de tiro. São 5 militares uniformizados e equipados com os instrumentos para a realização do tiro. Atrás dos militares está o alvo. Observa-se que o primeiro e o terceiro militar da direita para a

esquerda são negros. O cenário é ao ar livre, no stand de tiro. No local está o alvo exposto para a mira e atrás existe um monte de terra que serve para alojar a munição disparada. O terreno parece ser inclinado e com pasto. Não tem árvores por perto, tampouco alguma indicação de edificação.

O primeiro plano fotográfico está representado pelos militares junto ao alvo e no segundo plano fotográfico está a paisagem ao fundo. Os militares formam linhas verticais que delimitam os planos e a paisagem forma linhas horizontais ao fundo.



Figura 26 - 3º Batalhão de Infantaria em marcha de treinamento pela estrada de Belém. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1910. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa.

O quadro representa o 3º batalhão de Infantaria em marcha de treinamento pela estrada de Belém em 1910. A cena foi realizada ao ar livre com a tropa em forma estacionada e provavelmente na posição de “sentido”. O Batalhão leva três carroças (que aparece na fotografia) tracionadas por mulas e conduzidas por um soldado em cima da carroça. Podemos observar que à frente do segundo grupo de militares está o comandante do grupo. Este também é um caso de soldado negro que está ao comando de uma tropa, composta por um número significativo de soldados negros. Os soldados estão armados com fuzis e fardados com uniforme militar. O cenário é uma estrada por onde passava a tropa em marcha. É possível observar trabalhadores com picareta cortando o barranco para a terraplanagem da via. Ao fundo existem árvores na lateral da estrada. A fotografia foi realizada ao ar livre.

O primeiro plano fotográfico está focado no militar ao comando da segunda tropa em marcha que aparece na fotografia. Logo na sequência vêm os últimos militares da primeira tropa seguidos dos militares da segunda tropa. O terceiro plano fotográfico está representado pelos populares observando os militares passando em marcha e ainda, o último plano são as árvores ao fundo atrás dos barrancos e os últimos soldados da tropa que aparecem na fotografia.

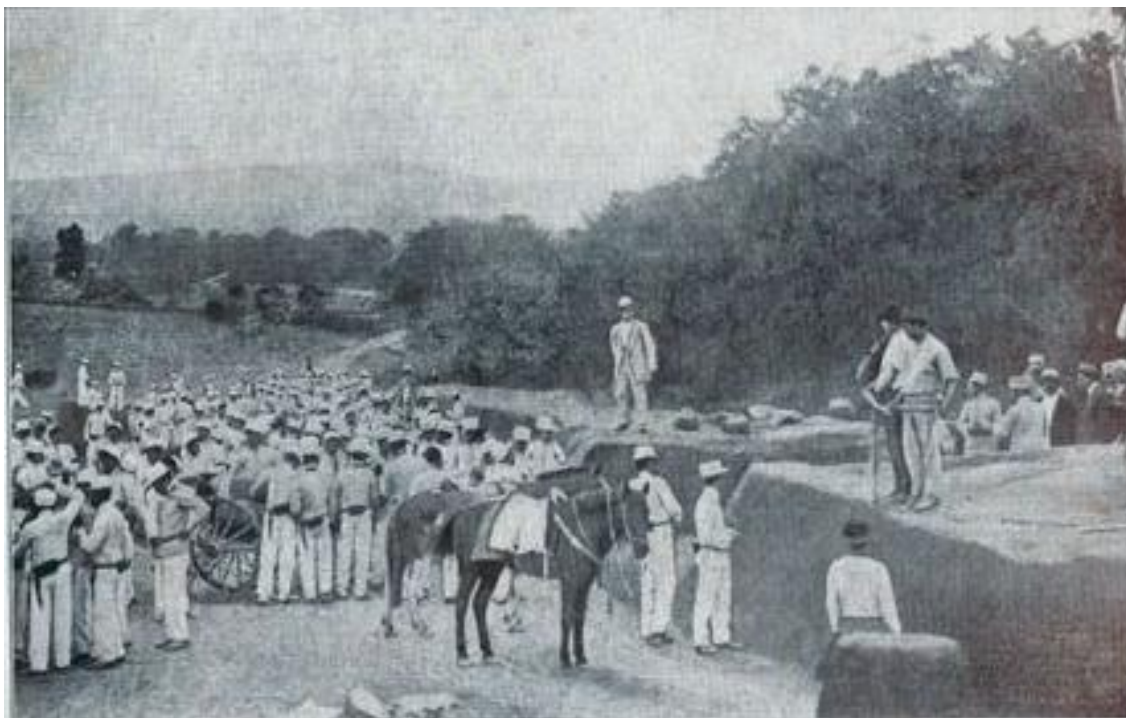


Figura 27 - 3º Batalhão em alto horário, na estrada de Belém, por ocasião da marcha de treinamento – 1910. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1910. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa.

A imagem registra a tropa no horário de parada. Os militares estão parados (não estão caminhando), formando grupos de diálogo num ambiente descontraído de intervalo de marcha. Todos estão em pé e uniformizados. É possível identificar alguns soldados negros posando ao lado esquerdo. Os militares que estão formando um grupo de conversa à esquerda apresentam a pele escura e fenótipo negro. No entanto, outros militares que estão de costa também apresentam características afrodescendentes, porém, não é possível afirmar com precisão. Em cima de um monte de terra estão algumas pessoas observando a movimentação da tropa e sugerindo que estão dialogando com outras pessoas que estão abaixo. O cenário é ao ar livre e consta de uma estrada onde está a tropa em marcha. Na lateral há uma mata com árvores que seguem até o fundo da imagem. O terreno em declive insinua que na parte mais baixa havia uma sanga com árvores e mata ciliar.

No primeiro plano fotográfico estão os personagens que aparecem na imagem e no segundo plano fotográfico está a paisagem natural que forma o cenário da imagem. A cena apresenta uma profundidade grande e iluminação natural da luz do dia. O corpo dos militares formam linhas verticais em contraposição das linhas horizontais formadas pelos montes de terra ao lado e pelas linhas do horizonte.



Figura 28 - Grupo de metralhadoras – exercício 1917. Acervo: CHCP.

A fotografia data de 1917. O registro está em orientação de paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

A cena representa um grupo de metralhadoras em marcha para os exercícios. A tropa está em forma e em posição de sentido. Um personagem montado a cavalo está à frente e provavelmente apresentando a tropa para um outro militar superior hierarquicamente. Observa-se que o militar à esquerda da fotografia, com o instrumento musical, possui a pele

negra. O primeiro cavaleiro (da esquerda para a direita) também possui a pele negra assim como o segundo militar em pé na linha de frente. Todos os personagens estão fardados, usando o quepe ou gorro, dólmã, calça, botas cano longo, espada (oficiais), fuzil e cinto. O cenário é ao ar livre e compõe-se de um campo onde estão marchando os militares. O local indica que existia uma estrada ou um local onde era possível transitar. Ao fundo está uma cadeia de montanhas mostrando que o relevo no local era constituído de partes planas com poucas ondulações mesclado com locais com elevações. A área não possui mato, apenas algumas árvores.

O primeiro plano fotográfico é composto pelos militares do primeiro grupo (militares a cavalo e conduzindo cavalos) logo, vem um segundo grupo de militares em marcha caracterizando um segundo plano. Ao fundo, a paisagem estabelece o cenário e o terceiro plano fotográfico. A iluminação natural do dia com uma pequena sombra projetada ao chão indicando que a fotografia foi realizada num horário à tarde ou pela manhã bem cedo.



Figura 29 - Grupo de Metralhadoras exercício 1917. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 1917. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

O quadro fotográfico mostra um grupo de metralhadoras em marcha para um treinamento em 1917. O grupo está caminhando e à frente estão dois militares montados a cavalo seguidos de mais dois militares, cada um conduzindo a pé um cavalo. A tropa acompanha os militares da frente e todos estão equipados com armamentos de treinamento, tal como espadas e fuzis. Os dois militares montados a cavalo apresentam características fenotípicas negras. Seguindo, o militar a frente do cavalo também apresenta características fenotípicas negras. Bem como outros militares que estão caminhando junto com a tropa. Desta forma, dentro do grupo de metralhadoras pode-se observar a presença de muitos negros que faziam parte deste grupo. Ao fundo da fotografia é difícil a identificação das características de pele e fenótipo por consequência das limitações técnicas fotográficas. O cenário é ao ar livre e compõe-se de um campo onde estão marchando os militares. O local indica que existia uma estrada ou um local onde era possível transitar. Ao fundo está uma cadeia de montanhas mostrando que o relevo no local era constituído de partes planas com poucas ondulações mesclado com locais com elevações. A área não possui mato, apenas algumas árvores.

O primeiro plano fotográfico é composto pelos militares do primeiro grupo (militares a cavalo e conduzindo cavalos) logo, vem um segundo grupo de militares em marcha caracterizando um segundo plano. Ao fundo, a paisagem estabelece o cenário e o terceiro plano fotográfico. A iluminação é natural do dia com uma pequena sombra projetada ao chão indicando que a cena foi realizada num horário à tarde ou pela manhã bem cedo.



Figura 30 - Grupo de metralhadoras preparada para as manobras – 1922. Acervo: CHCP.

A fotografia está com data de 1922. O registro está em orientação paisagem e no formato 10X15 cm, impresso em papel nas cores preto e branco. O gênero fotográfico é a fotografia retrato, fotografia informativa e/ou fotorreportagem.

O retrato mostra a tropa marchando pela rua. À frente, vai um grupo a pé formado por duas linhas e logo atrás estão três homens montados a cavalo. Na sequência a tropa marcha a pé acompanhado por alguns homens a cavalo fora da formação. Mais à esquerda da imagem, ao fundo, observam-se duas carroças com tração animal. O grupo está fardado com uniforme militar e equipado com armamentos individuais. Todos utilizam chapéu ou quepe. É possível observar no primeiro grupo três homens com fenótipo negro. Um deles está olhando para o fotógrafo no momento da fotografia e os outros dois estão olhando à frente. O cenário é ao ar livre, numa rua com casas na lateral (esquerda da fotografia) que aparece na imagem e algumas árvores na calçada.

O primeiro plano fotográfico está ocupado pelos militares das primeiras linhas de formação. No segundo plano fotográfico estão os militares mais afastados da lente do fotógrafo e o terceiro plano fotográfico está o cenário representado pelas paredes das casas ao

lado. O corpo dos militares e as pernas dos cavalos formam linhas verticais. Observando a tropa no seu contexto forma-se uma linha horizontal ao longo do grupo, bem como as árvores também causam a impressão de formar uma linha horizontal. A iluminação é natural e não é possível observar nenhuma projeção de sombras no solo. A imagem apresenta uma perspectiva profunda, pois retrata desde os mais próximos até os últimos personagens.

3.2. Plataforma multimídia: uma proposta de *software* para preservação, divulgação e valorização do acervo do Centro Histórico Coronel Pilar

O acervo do Centro Histórico Coronel Pilar – CHCP, é formado pela documentação produzida pela Brigada Militar desde os primeiros anos de sua existência. No arquivo também há um acervo iconográfico que constitui a base de fontes primárias utilizadas no presente estudo. No acervo iconográfico foram selecionadas as imagens onde estão representados os personagens negros que fizeram parte da Instituição. As fotografias utilizadas para este trabalho datam desde 1904 até 1922. Além da análise iconográfica conforme metodologia aplicada também foi elaborada uma plataforma multimídia⁷. Neste *software* estão inseridas as fotografias e suas respectivas análises. O *software* foi construído em linguagem *html*, *HyperText Markup Language*, que significa *Linguagem de Marcação de Hipertexto*⁸. Os documentos em *html* podem ser interpretados por navegadores *web browser*. Assim, visualiza-se as imagens através do navegador utilizando o CD-Rom com os arquivos. Desta forma é possível a divulgação e valorização do conteúdo do *software* para todos os leitores interessados sem custos, pois, trata-se de programas livres e de fácil utilização.

⁷ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Multimidia>

⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/HTML>



Figura 31 – Plataforma Multimídia – “Testemunha Ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Primeira página.

Nesta página são colocados os *links* para acesso aos demais conteúdos da plataforma assim como uma breve introdução informativa. O link “Catálogo Virtual” dá acesso aos ícones das imagens analisadas e está dividido em duas páginas. Clicando no ícone é possível acessar a fotografia digitalizada inserida no catálogo e sua respectiva análise textual.



Figura 32 – Plataforma Multimídia – “Testemunha Ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Página onde estão alojados os ícones para acesso às imagens e suas respectivas análises.

A plataforma multimídia, dedicada a incorporar outros documentos e arquivos, está elaborada conforme organograma a seguir:

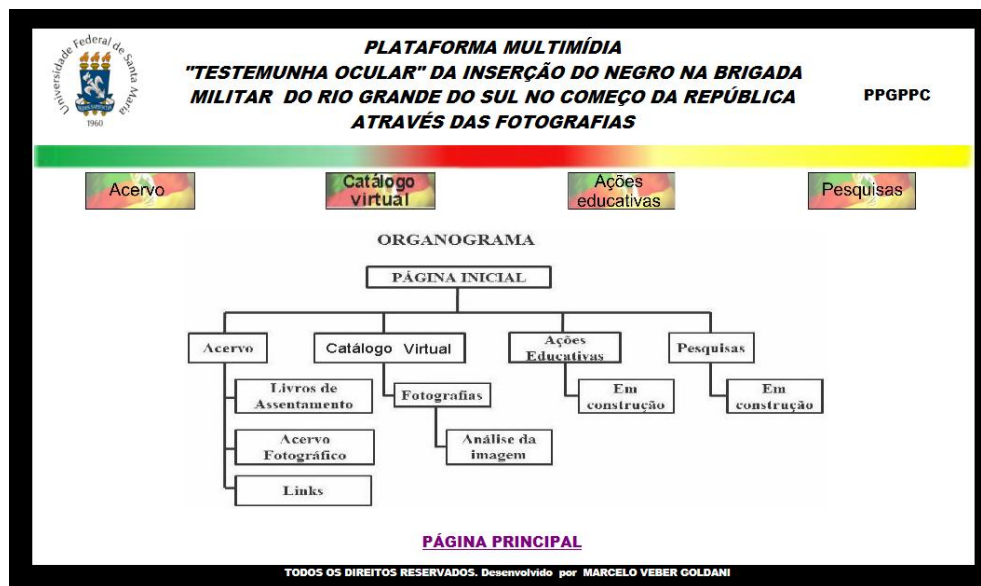


Figura 33 – Plataforma Multimídia – “Testemunha Ocular” da inserção do negro na Brigada Militar do Rio Grande do Sul no começo da República através das fotografias. Organograma.

Desta forma, o acervo iconográfico compilado no catálogo virtual está inserido na proposta da plataforma multimídia. Além deste acervo também será possível alimentar a plataforma com outros documentos e dando novas versões à proposta de *software*. Observando a necessidade de democratização do patrimônio cultural e a valorização dos acervos de centros históricos, museus, centros de memória, entre outros, esta proposta foi elaborada com *softwares* de uso livre.

CONCLUSÃO

O fim do sistema escravocrata gerou discussões desde meados do século XIX, motivado principalmente pelos interesses ingleses na formação de um mercado consumidor. Durante o regime imperial foram criados diversos mecanismos (leis, decretos) para gradativamente extinguir o sistema servil no Brasil. Este processo também causou diversos temores entre os proprietários rurais, moradores de cidades, comerciantes, entre outros. A desorganização social, falta de mão-de-obra nas cidades e nas fazendas, vandalismo etc. foram alguns dos motivos que colocaram medo na população em relação à extinção do escravismo. De fato, nada disto ocorreu. Nas fazendas (principalmente nas fazendas cafeeiras paulistas) a mão-de-obra africana foi substituída pela livre do migrante europeu (italianos). O negro substituído passou a migrar e viver nos centros urbanos. Estes novos moradores das cidades tiveram a necessidade de adaptação ao novo modo de vida urbano e buscar seu próprio sustento através do trabalho assalariado. Muitos destes ex-escravos foram inseridos no serviço público, particularmente na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a proclamação da República e a permanência do Partido Republicano Rio-grandense no governo do Estado do Rio Grande do Sul, de 1889 a 1930, ocorreu a institucionalização da força policial representativa do Estado. A transformação da Guarda Cívica para a Brigada Militar foi a solução adotada pelo governo republicano. A Brigada Militar tinha como função, além do policiamento e combate aos revoltosos durante a Revolução Federalista, inserir o negro em suas fileiras como forma de inserção social deste indivíduo. O negro como membro desta instituição ganhou um trabalho, um salário para proventos de sua família, moradia nos alojamentos da milícia, poder político-militar, entre outros benefícios. Foi através desta estratégia social que o PRR inseriu o negro na sociedade. Ainda, o mesmo partido também utilizou a Brigada Militar como meio de disseminação e influência política. O ex-escravo inserido ao sistema e participando da vida sociocultural urbana passou a defender os ideais do PRR e sua permanência no comando político estadual. Os ideais políticos do PRR influenciaram o afrodescendente e sua família que também passou a defendê-los. A Brigada Militar sempre esteve alinhada aos ideais positivistas do Partido Republicano Rio-grandense. Assim, o afrodescendente foi inserido como mão-de-obra militar

para a Revolução Federalista e posteriormente com o fim dos conflitos remanejado para o policiamento nos centros urbanos.

O negro ingressava na Brigada Militar como soldado e gradativamente ascendia na carreira militar. Ainda que, muitos negros já ingressavam com profissão (músico, pedreiro, carpinteiro, etc.). A instituição tinha uma espécie de plano de carreira onde os soldados que mereciam promoção de cargo eram promovidos. Dentre estes soldados é possível a identificação de militares afrodescendentes que ascenderam do cargo de soldado para sargento e posteriormente a furriel. Estas promoções estão descritas nos livros de assentamento de praça da instituição. Atualmente, no Centro Histórico Coronel Pilar há um acervo de livros de assentamento de praças e o acervo iconográfico. Com a leitura dos Livros de Assentamento de Praças foi possível compreender o processo de inclusão de praças na Brigada Militar. Através destes livros foi possível também compreender um pouco da trajetória de alguns militares afrodescendentes desde sua inserção como soldado, suas punições, elogios e promoção de patente militar. Os livros de assentamento possuem os registros mais antigos da instituição e com estes documentos percebemos a inserção do negro na instituição desde sua criação. Outra fonte de dados utilizada foram as “ordens do dia”, expedidas em campo ou mesmo nos quartéis. As “ordens do dia” são atos administrativos que definem as ações da instituição, como por exemplo: a inclusão de soldados às companhias. Em alguns destes atos administrativos observa-se a ordem de inclusão de afrodescendentes como soldados na Brigada Militar.

Também, posterior aos conflitos da Revolução Federalista observamos a inserção de ex-soldados negros e mesmo a institucionalização de pensão para famílias de negros oficiais mortos em batalha. Com estas normas fica clara a intenção do PRR em incorporar o negro na Brigada Militar como forma de inserção social. No acervo iconográfico (principal fonte de dados utilizada neste trabalho), é possível observar visualmente a representatividade do negro na instituição.

As fotografias utilizadas – “testemunhas oculares” – da participação do negro na Brigada Militar estão datadas nas duas primeiras décadas do século XX. No conjunto de imagens observa-se em algumas delas grupos de oficiais brigadianos e junto a este quadro do oficialato a presença do negro. Foram as imagens que possibilitaram de fato a confirmação da inserção do negro na instituição desde os cargos mais “rasos” da milícia até postos de oficiais. As imagens também mostram o negro participando de grupos de qualificação profissional,

como os cursos de enfermagem no hospital da Brigada em Porto Alegre, concursos de tiro, integração aos grupos especializados, tal como os atiradores de metralhadora, etc. E foi através desta política de inserção aplicada pelo PRR que o negro garantiu seu espaço como brigadiano.

O Centro Histórico Coronel Pilar conta com um acervo iconográfico e dentro deste acervo encontramos um álbum comemorativo aos 30 anos da instituição que foi publicado em 1922. As publicações de livros ilustrados popularizaram-se a partir do domínio das técnicas de fotografia em filme flexível e da adaptação à impressão em papel para a publicação em periódicos e livros ilustrados. Esta tendência também foi adotada pela Brigada Militar em 1922 quando publicou seu álbum com mais de quatrocentas fotografias - a maioria com legenda. Até o final do século XIX as principais informações que possuímos são as fontes escritas e a partir do início do século XX já é possível a leitura de fontes iconográficas. A fotografia passou a registrar momentos de festas, encontros de comandantes, visitas às instalações da instituição, operações de treinamentos, premiações, etc. Assim, a fotografia conta um pouco da história da instituição nos momentos informais e visitas *in loco* e registra detalhes que o papel não registra, constituindo-se desta forma em importante documentação. No álbum comemorativo aos 30 anos da Brigada Militar estão as fotografias utilizadas para a elaboração desta pesquisa.

A partir da análise técnica das fotografias selecionadas no acervo foi elaborado um catálogo virtual e inserido na “plataforma multimídia” denominada “**TESTEMUNHA OCULAR**” **DA INSERÇÃO DO NEGRO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO COMEÇO DA REPÚBLICA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS**. Esta ferramenta foi elaborada com o propósito de preservação, valorização, divulgação e principalmente disponibilização de parte do acervo fotográfico existente no CHCP a toda a comunidade interessada. Esta plataforma contém o catálogo virtual com as imagens analisadas. A plataforma necessita de continuidade e pesquisas para atualizações e alimentação de dados. Nesta proposta é possível agregar outras fontes documentais existentes no acervo e posterior divulgação e democratização do conhecimento. Foi utilizada a linguagem de programação em *html* e construída com a utilização de *softwares* e linguagem livre. Ela pode ser visualizada em qualquer *browser* para leitura em *html*. A utilização de *softwares* livres democratiza o acesso a informação sem a necessidade do usuário adquirir licenças pagas para utilização de aplicativos de uso restrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1º REGIMENTO DE CAVALARIA DA BRIGADA MILITAR DO RS. **Livro de assentamentos de praças do 1º Esquadrão**. Porto Alegre, 1895 – 1903.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história a economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru: EDUSC, 2004.

BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. **Álbum comemorativo de 30º aniversário de sua criação – 1892 – 1922**. Porto Alegre, 1922.

CAMARGO, Mário. **Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história**. 2ªed. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **O negro na iconografia brasileira do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915** . Dissertação de mestrado. São Leopoldo, UNISINOS. 2005.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHAGAS, Juárez de Oliveira. **Brigada Militar – evolução e rumo**. Passo Fundo, BM, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, RESOLUÇÃO Nº 196 DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/index.htm>> acesso em: 7 de out. de 2008.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária**. In: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 09 – 11

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> acesso em: 20 de out. de 2008.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978 (volume I).

FONER, Eric. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista: 1893/1895**. Porto Alegre: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul/EST edições, 1999.

GUTERRES, Leticia Batistela Silveira. Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria – 1844 – 1882). Dissertação de mestrado. Disponível em< <http://www.cipedya.com/doc/151261>>, acesso em: 20 de janeiro de 2011.

HEDGECOE, Jhon. **Curso de fotografia**. São Paulo: Melhoramentos. 1980.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

LESSA, Barbosa. **Domingos José de Almeida**. Porto Alegre: Tchê! 1985. (Esses Gaúchos)

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

MANINI, Miriam Paula. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários**. Tese de doutorado. São Paulo: 2002. Disponível em<
<http://jfori.jor.br/forni/files/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria%20de%20fotografias%20-%20Miriam%20Manini.pdf>> acesso em: 21 de janeiro de 2011.

MONTI, Verônica A. Martini. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 7ª ed. 1994.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Amanda Siqueira da. **Brigada Militar: Aparelho repressivo do governo republicano rio-grandense**. ANAIS ELETRÔNICOS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, José Luiz. **Regimento Coronel Pillar: esboço histórico – 1892 – 1912**. Santa Maria: edições UFSM, 1992.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000: p. 14.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TURAZZI, Maria Inês. **Iconografia e patrimônio: o catálogo de exposições de história do Brasil e a fisionomia da nação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses : MDT / Universidade Federal de Santa Maria**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 7. ed. rev. e atual. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

Disponível em <http://www.analisisfotografia.uji.es/root2/general_por.html> acesso em 20 de fevereiro de 2012.

Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Multimidia>> acesso em 20 de fevereiro de 2012.

Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/HTML> acesso em 20 de fevereiro de 2012.

ANEXOS

ANEXO I

Livro de Assentamento

Fonte: Acervo do Centro Histórico Coronel Pilar

1º Esquadrão D. 3426 Soldado

Posto
E. Castanho

Nome e filiação	Signaes	Entrada	Sahida
Ladislau Alvaro Filho de Manoel Teodoro Nasceu em 1868 Natural do Rio Grande do Sul	Côr preta Cabellos Castanhos de 1892. por de 1897. Olhos pretos Officio Estado Solteiro	15 de Abril	11 de Junho

OBSERVAÇÕES

1895 A 19 de Julho chegou em Porto Alegre. A 26 de mesmo mês seguiu em delegacia para Gramado, e voltou a 5 de Setembro. Pela ordem de dia regimental n.º 102 de 2 Outubro foi grande de guerra, e nomeado em julho do mesmo ano e nomeado 1º de Setembro foi celebrada a festa patriótica no hospital da Santa Casa de Misericórdia a 1.º - 1896 - A 2 de Janeiro tornou a entrar e a 18 de Março passou a ser grande de guerra no 1º Batalhão de Caçadores. A 15 de Outubro foi mantido. Pelo seu cargo pela 5.ª vez se conta a importância de um 1897 - A 10 de Junho que entrou. - Novembro - Pela ordem de dia de Commando da Brigada n.º 15 de 18, foi levado para a correção, guarda e disciplina. Por que se apresentou nas festividades de dia 15, Septimo anniversario da proclamação da Republica, Com. Com. 1.º de 1897, a ordem de dia regimental n.º 152 de 19. 1897 - Janeiro - Pela ordem de dia regimental n.º 6 de 11, foi excluido do estado effectivo por conclusão de tempo.